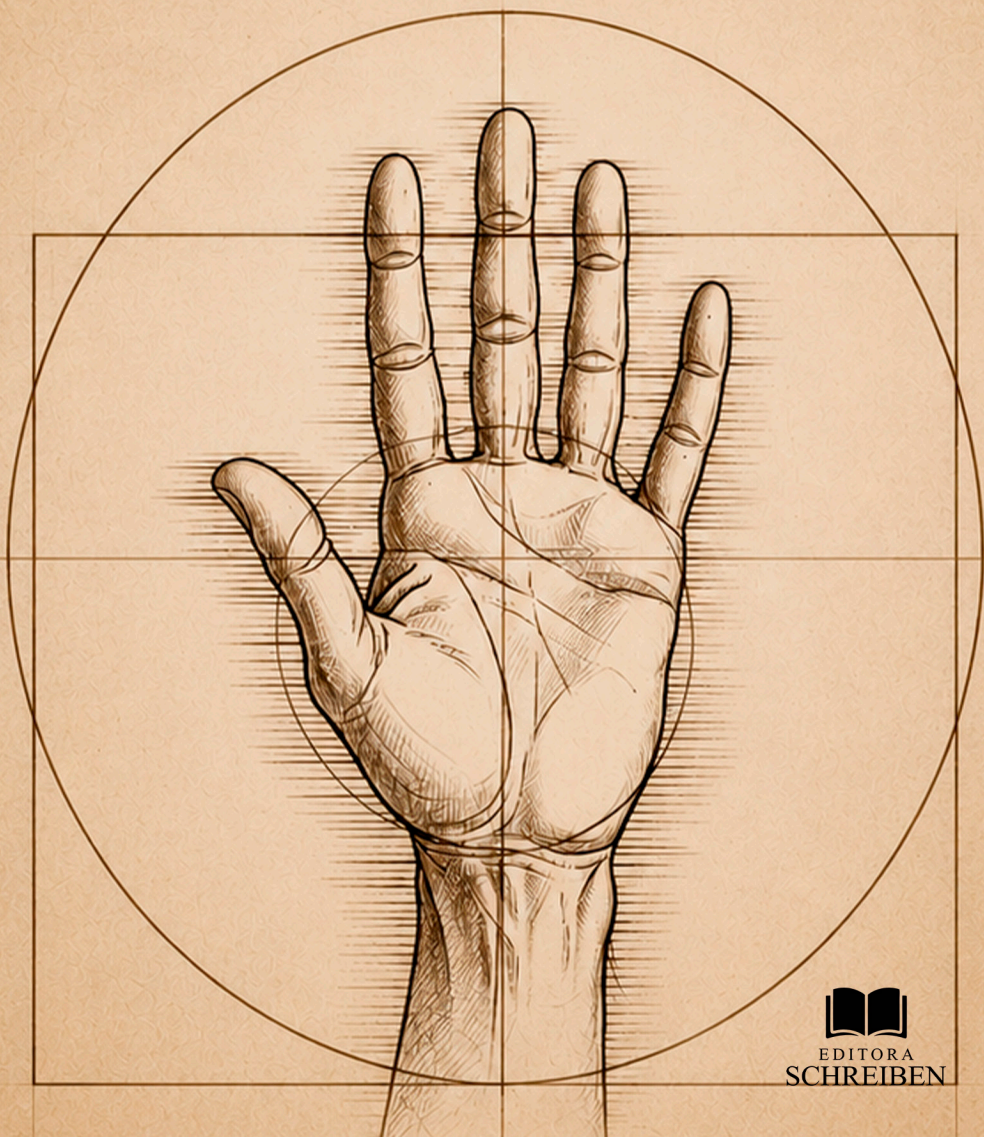


VALDO RIBEIRO RESENDE DA NÓBREGA

VIGIAR E NORMALIZAR:

O PODER E A DISCIPLINA
NA IDENTIDADE SURDA CONTEMPORÂNEA




EDITORA
SCHREIBEN

VALDO RIBEIRO RESENDE DA NÓBREGA

VIGIAR E NORMALIZAR:

O PODER E A DISCIPLINA
NA IDENTIDADE SURDA CONTEMPORÂNEA



EDITORA
SCHREIBEN

2026

© Valdo Ribeiro Resende da Nóbrega - 2026

Editoração e capa: Schreiben

Imagem da capa: Inteligência Artificial (OpenAI/DALL·E), com direção editorial

Revisão: o autor

Livro publicado em: 06/05/2026

Termo de publicação: TP0332026

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dr. Airton Spies (EPAGRI)

Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)

Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)

Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)

Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)

Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)

Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)

Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)

Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)

Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)

Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)

Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)

Dr. Leandro Hahn (UNIARP)

Dr. Leandro Mayer (SED-SC)

Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)

Dra. Marciane Kessler (URI)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)

Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)

Dr. Odair Neitzel (UFFS)

Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência e da apresentação das tabelas, quadros, mapas, fotografias e referências é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N754 Nóbrega, Valdo Ribeiro Resende da.

Vigiar e normalizar : o poder e a disciplina na identidade surda contemporânea / Valdo Ribeiro Resende da Nóbrega. – Itapiranga, SC : Schreiben, 2026.

83 p. ; il. ; e-book. ; 15 x 21 cm.

Inclui bibliografia e índice remissivo

E-book no formato PDF

ISBN: 978-65-5440-675-8 [versão impressa]

EISBN: 978-65-5440-674-1 [versão digital]

DOI: 10.29327/5849099

1. Surdez. 2. Identidade surda. 3. Inclusão social. 4. Educação especial. 5. Poder (Ciências sociais). 6. Disciplina (Ciências sociais). I. Título.

CDD 371.912

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Introdução.....	15
Parte I: O Suplício da Identidade.....	16
CAPÍTULO 1	
O Crime de Ser “Ouvintista”	17
1. A Transgressão Tecnológica: O Corpo Híbrido como Campo de Batalha.....	19
2. A Transgressão Linguística: A Voz como Estigma.....	20
3. A Transgressão Política: A Dissensão como Deslealdade.....	22
4. O Preço da Pureza Ideológica.....	22
CAPÍTULO 2	
A Praça Pública Digital e o Espetáculo do Banimento.....	25
1. A Visibilidade Algorítmica.....	26
2. A Permanência e o Dossiê Digital.....	27
3. A Gamificação da Punição.....	28
3.1. A Arquitetura da Punição: Vigilância Digital e Teoria Crítica.....	31
3.2. O Panóptico Invertido e o Fichamento Perpétuo.....	33
3.3. A Visibilidade Algorítmica: Amplificação da Indignação.....	33
Parte II: A Punição Sutil: Da Vingança ao Poder Disciplinar.....	36
1. A Doutrinação e a Ortopedia Social.....	36
2. A Vigilância Mútua e a Auto-censura.....	37
3. A Exclusão Discreta e a Normalização do Silêncio.....	38
CAPÍTULO 3	
Da Doutrina à Correção.....	39
1. A Codificação do “Bom Surdo”: O Novo Código Penal.....	40
2. As Instituições Legisladoras: Os Arquitetos da Doutrina.....	42
3. A “Brandura” da Punição: O Arsenal de Sanções Sutis.....	43

CAPÍTULO 4

A Crise da Fronteira: O Custo da Identidade “Pura”.....	45
1. O Drama do Sujeito Híbrido: A Inlegitimidade da Fronteira.....	46
2. O Efeito Silenciador (<i>Chilling Effect</i>) e a Paralisia Política.....	47
3. A Erosão da Base Social: O Círculo Vicioso da Exclusão.....	48

CAPÍTULO 5

O Teatro da Normalização.....	49
1. As Tecnologias do Teatro: Encenação e Representação.....	50
2. O Jogo da Recompensa e da Punição:	
A Economia do “Capital Surdo”.....	51
3. A Disciplina do Pertencimento.....	53

CAPÍTULO 6

O Corpo Dócil: A Performance do “Bom Surdo”.....	55
1. A Performance Linguística: A Política em Cada Gesto.....	56
2. A Performance Política e Ideológica:	
A Economia Afetiva da Crença.....	57
3. A Performance Social e Estética: A Disciplina da Vida Privada.....	58

CAPÍTULO 7

As Ferramentas do Bom Adestramento: Vigilância, Sanção, Exame.....	61
1. A Vigilância de Pares: O Olhar Constante.....	62
2. A Sanção Normalizadora: A Ortopedia da Identidade.....	63
3. O Exame: A Produção da Verdade sobre o Indivíduo.....	64
4. A Prisão Identitária.....	66

CAPÍTULO 8

A Fortaleza de Dentro: A Comunidade como Instituição Total.....	67
1. O Paradoxo da Fortaleza: Santuário e Cativo.....	68
2. As Características da Instituição Total.....	68

CAPÍTULO 9

A Produção dos “Delinquentes”: Resistência e Novas Identidades.....	71
1. O Sistema que Produz os Seus Próprios Inimigos.....	72
2. O Arquipélago da Resistência.....	73
3. O “Delinquente” como Agente da Evolução.....	73

CONCLUSÃO I:	
Para Além da Disciplina.....	75
CONCLUSÃO II:	
Para Além da Disciplina.....	77
A Tese Revisitada: O Poder como uma Faca de Dois Gumes..	78
As Implicações: Para Além dos Muros da Comunidade Surda....	78
Horizontes Futuros: Entre a Fortaleza e o Arquipélago.....	79
Palavra Final: A Vitalidade da Contradição.....	80
Índice Remissivo.....	81

PREFÁCIO¹

Antes de iniciar este prefácio, esclareço que o que se segue é um relato e uma análise relativamente simplista. O espaço não me permite fazer mais do que pintar um quadro com pinceladas largas.

Um dos desafios mais difíceis para as comunidades dos Povos de Língua de Sinais (PLS), superarem é a ausência dos tipos de infraestruturas impressas que sustentaram as sociedades majoritárias do mundo. Isso também é fato para inúmeras outras culturas minoritárias dentro dessas sociedades, especialmente as do Sul Global. Uma razão para isso é a privação linguística que lhes foi imposta nos últimos 100 anos por sistemas educacionais que efetivamente baniram suas línguas de sinais, as quais, no século XIX, formavam uma ponte para as línguas das sociedades majoritárias. A maioria dos países do Norte Global lutou para superar isso mantendo jornais e revistas criados naquele século, mas por razões complexas demais para detalhar aqui, a maioria destes deixou de existir neste século.

Durante grande parte dos séculos XIX e XX, as comunidades de PLS no Norte eram mantidas unidas por clubes e associações de surdos que existiam em quase todas as grandes vilas e cidades. Devido ao “teto de vidro” que impedia os membros de alcançarem posições profissionais, todas as suas energias eram dedicadas a atividades dentro e entre esses clubes. Assim, aqueles com maiores habilidades de letramento, notadamente os jovens que ensurdeceram ou tinham resíduos da audição, ou os que vinham de famílias de surdos de várias gerações eram capazes de comunicar aos menos qualificados o conteúdo dessas publicações,

1 *Tradução nossa*

gerando discussões e debates.

No entanto, como Ladd (2003) ilustrou, essas comunidades continham o que poderíamos chamar de distinções de classe, embora diferindo em algum grau daquelas encontradas nas sociedades majoritárias, e estas estavam entrelaçadas com muitos dos efeitos psicológicos negativos do Oralismo, tanto em suas vidas sociais quanto em suas estruturas organizacionais. Apesar disso, as comunidades enfatizavam a importância de encontrar maneiras de viver uns com os outros, utilizando uma gama de estratégias culturais para isso. Eram, pode-se dizer, comunidades “orgânicas”.

Desde meados da década de 1970, a batalha global para restaurar as línguas de sinais e os professores surdos na educação, conhecida como o “Ressurgimento Surdo” entre outros nomes, resultou em muitas mudanças positivas e inovações, inclusive o surgimento de um número considerável de profissionais e acadêmicos surdos. No entanto, assim como a remoção dos tetos de vidro nos EUA resultou em uma fragmentação das comunidades orgânicas dos afro-americanos, criando um abismo entre aqueles que se tornaram profissionais e o grande número que “caiu na rede de exclusão”, padrões semelhantes surgiram em outras culturas minoritárias, incluindo as culturas de PLS².¹

No caso destas últimas, a situação foi exacerbada por novas ondas de Oralismo que buscaram dividir as comunidades ao colocar suas crianças em escolas de ouvintes (inclusão). Eles foram bem-sucedidos nesse objetivo a ponto de, no Norte, 70-90% das crianças que no passado teriam herdado, mantido e desenvolvido as culturas das comunidades estarem agora “perdidas no ensino regular” (*mainstream*), e a maioria das escolas de surdos, anteriormente o alicerce dessas comunidades, foi fechada.

Isso resultou em um enorme abismo entre os acadêmicos surdos e o povo surdo “da base” (*grassroots*). A própria natureza da academia exige publicações e discursos que utilizam uma linguagem muito

² *Equivalentes às culturas de ouvintes.*

além até dos ensurdecidos, quanto mais de pessoas surdas. Houve relativamente poucas tentativas de preencher essa lacuna, de modo que as muitas descobertas e ideias notáveis que emergem dos acadêmicos surdos não estão chegando às comunidades para gerar debates. Alguns workshops e cursos, transmitidos em línguas de sinais, foram criados, e a internet também está começando a ser usada dessa forma.

Portanto, essa é uma perspectiva histórica importante que precisa ser compreendida. Outra é o que eu chamaria de “evolução cultural”. Isso requer uma compreensão das histórias dos surdos. Mas o problema é que o Oralismo praticamente eliminou a História dos Surdos como disciplina educacional, a ponto de, ainda na década de 1980, e até mais tarde em outros lugares, essas comunidades sequer terem consciência de que possuíam histórias.

Quando se examina as publicações de surdos das eras anteriores e logo após o início do Oralismo, encontra-se nelas uma consciência muito aguda de suas histórias. Isso foi perdido no século que se seguiu. Um processo semelhante ocorreu em relação às línguas de sinais. Até a década de 1980, e com as descobertas de linguistas de línguas de sinais (em sua maioria ouvintes), a maioria dos surdos nem sabia que suas línguas de sinais eram línguas legítimas (*bona fide*).

A outra perspectiva histórica importante está enraizada nas consequências psicossociais do Oralismo nessas comunidades. Uma delas foi uma profunda desconfiança em relação aos ouvintes e seus modos de vida. Outra foram as divisões de classe mencionadas anteriormente. Aqueles em posição de se beneficiar mais (ou, para ser mais preciso, sofrer menos) com o Oralismo, a saber, os ensurdecidos e os deficientes auditivos, passaram a desprezar os membros da base, que usavam o que poderíamos chamar de registros “profundos” das línguas de sinais. Em inglês existe um ditado que diz que “*em terra de cego, quem tem um olho é rei*”, e essas pessoas foram seduzidas pelo Oralismo a ponto de sua própria sinalização geralmente seguir as estruturas sintáticas das línguas faladas de seus países. Vivendo em um mundo audista, eles conseguiram adquirir um grau do que Bourdieu chama de “capital

cultural” nesse mundo, os ouvintes selecionavam representantes dessa classe. Eles também detinham uma quantidade considerável de capital cultural surdo, já que eram líderes comunitários.

Ladd (2003) refere-se a eles, usando conceitos pós-colonialistas, como a “classe compradora”, a classe que ajuda a administrar a colônia em nome dos colonizadores e aos membros “da base” como os subalternos, termo originário de Gramsci.

Assim que o Ressurgimento começou e as línguas de sinais foram validadas, alguns membros subalternos, especialmente aqueles de famílias de surdos, começaram a ganhar capital cultural surdo, e houve uma tremenda mudança cultural, uma mudança de paradigma, até nas décadas seguintes. Eles deram os primeiros passos para se redefinir e se reenquadrar, rejeitando os rótulos medicalizados do Oralismo, como “deficientes auditivos”, em favor de uma autoimagem cultural-linguística. Ao fazer isso, eles, como todas as culturas minoritárias e pós-coloniais que passaram por um Ressurgimento semelhante, inicialmente assumiram uma posição de confronto em relação tanto ao mundo ouvinte quanto à sua própria classe compradora.

Isso levou a uma forma do que poderíamos chamar de “fundamentalismo surdo”, um desenvolvimento que durou várias décadas. Em alguns países, é mais agudo do que em outros. No século XXI, porém, houve sinais de que esse binarismo cultural está dando lugar a perspectivas mais pluralistas. O desenvolvimento do conceito de Surdidade, vide *Deafhood* por Ladd (2002), problematizou o fundamentalismo, ao mesmo tempo em que reconheceu sua importância histórica como meio de romper com o colonialismo mental anterior. O conceito postulava a necessidade de pesquisa e compreensão sociológica e histórica dos muitos “tipos” de pessoas surdas dentro das comunidades, para que as pessoas pudessem sair de si mesmas e entender os processos reativos que levaram a divisões sociais enraizadas no colonialismo audista e, assim, lutar pela “unidade na diversidade”.

Outras perspectivas mais pluralistas também estão surgindo das próprias minorias surdas. Isso é mais notável nos EUA, onde surdos

afro-americanos, nativos americanos e latinos estão desafiando a tradicional dominação masculina branca e heterossexual e suas versões da história surda. Eles também desafiam a rejeição aos ouvintes, porque não estão dispostos a abrir mão de suas conexões profundas com suas próprias minorias ouvintes, mesmo que ainda se sintam oprimidos por elas em termos de comunicação. Eles também estão desafiando o monoteísmo da ASL, Língua de Sinais Americana, afirmando que seus próprios dialetos e registros são “variantes” legítimas dessa língua e devem ser estudados, ensinados e aprendidos onde apropriado.

Também houve desenvolvimentos semelhantes entre as comunidades surdas LGBTQ+, que experimentaram a opressão histórica dos surdos e encontraram causa comum com pessoas ouvintes como eles. Até o momento, porém, houve relativamente poucos desenvolvimentos equivalentes nas linhas de gênero e classe.

Outro desdobramento foi a chegada de pessoas surdas ex-integradas às comunidades, que rejeitaram seu condicionamento de se juntar ao mundo ouvinte e se esforçaram para se unir a essas comunidades surdas. Devido aos processos históricos acima, no entanto, eles frequentemente foram feitos para se sentirem indesejados, de modo que ficam presos entre dois “mundos” e sentem que não pertencem a nenhum deles. Todos esses desenvolvimentos fazem parte do movimento recente em direção à incorporação de conceitos de “interseccionalidade” no pensamento acadêmico surdo.

Uma perspectiva histórica adicional é de grande importância. Precisamos entender que a “revolução” do Ressurgimento Surdo foi apenas metade alcançada. No exato momento em que a educação bilíngue, os profissionais surdos e os Estudos Surdos começaram a fincar raízes, a integração oralista com implantes cocleares começou a “roubar” as próximas gerações. Consequentemente, energias que deveriam ter sido usadas para completar a revolução foram desviadas para lutar contra isso e pela existência de escolas de surdos, e para combater o apoio da mídia audista à “Solução Final”, a engenharia genética que ameaçava não apenas esses desenvolvimentos positivos,

mas a própria existência dos PLS.

Isso significou, entre muitas outras coisas, que a pesquisa sobre as histórias dos surdos, e especialmente culturas e sociologias, foi apenas concluída pela metade. Assim, aconteceu que ainda estamos presos aos relatos e perspectivas originais da década de 1980 sobre esses assuntos, que são vitalmente importantes para comunidades que desejam recuperar totalmente a compreensão que era mais comum antes do Oralismo. E, neste momento histórico, essa compreensão parcial é o que é atualmente ensinado aos surdos subalternos.

Neste ponto, retorno à discussão dos primeiros parágrafos. Nós, como PLS, atualmente carecemos de uma ponte educacional entre as descobertas dos novos acadêmicos surdos (e ouvintes) e nossos membros subalternos. Os fóruns para explicação, discussão e debate esclarecido raramente existem.

O que temos, em vez disso, é a ascensão das redes sociais. Elas são uma ferramenta potencialmente maravilhosa, pois os surdos podem finalmente se expressar facilmente em suas próprias línguas de sinais em seus países diariamente. Mas por todas as razões explicadas acima, elas estão em grande parte presas na “onda” fundamentalista, e a natureza adversarial dessas mídias, encorajada por seus proprietários bilionários a focar na controvérsia por cliques e curtidas, está prejudicando tanto as comunidades de surdos quanto as de ouvintes.

Além disso, as línguas de sinais, como a palavra falada, têm um grau de efemeridade. Para ir além de simples reações e construir argumentos e discussões lógicas, o texto é essencial. Rotular a palavra escrita como uma coisa de “ouvinte” é compreensível para pessoas surdas (e ouvintes) cuja educação as deixou com ódio por algo que consideraram desnecessariamente difícil de usar. Mas a história dos surdos nos ensina que, antes do Oralismo, os surdos não tinham uma reação tão negativa. De fato, dado que as escolas de surdos no Norte frequentemente surgiram antes que as crianças ouvintes fossem amplamente educadas, os surdos eram muitas vezes mais letrados do que a maioria da população ouvinte. Portanto, a mudança cultural

como consequência do bilinguismo pode ser alcançada mais uma vez.

Vivi o suficiente para saber que a mudança histórica pode ser lenta, especialmente para minorias cuja opressão continua inabalável, e onde o esclarecimento e o progresso social são coisas frágeis, à mercê do nacionalismo autoritário em todo o globo. Basta olharmos para o Norte para ver como isso está tentando reverter todos os ganhos que as culturas minoritárias fizeram desde a década de 1960.

Portanto, o desafio que enfrentamos é como acelerar as mudanças históricas sem perder o que já ganhamos com nossas “meias revoluções”. Isso me traz de volta à necessidade de pontes, de fóruns apropriados. Idealmente, seriam jornais e revistas de surdos, online, com o conteúdo também traduzido para Sinais. Mas até lá, livros curtos e artigos como este são vitalmente importantes para preencher o abismo entre a academia surda e o subalterno, e saúdo esta publicação, embora não concorde com tudo o que nela é dito.

Se você ler este livro até o fim, encontrará dois conceitos importantes. Um é “o ‘Delinquente’ como Agente da Evolução” e o outro é o “Arquipélago de Resistência”. Eu os interpreto como a postulação de que a mudança cultural é frequentemente gerada por aqueles que estão colocados nas margens das sociedades. Exemplos no mundo ouvinte não são difíceis de encontrar. O movimento hippie dos anos 1960, tão ridicularizado na época, resultou no movimento ecológico que agora está ativo em todo o mundo. Sua crença na importância da comunidade, de olhar para outras culturas em busca de ideias para desafiar o status quo da sociedade majoritária, também rendeu muitos frutos, seja na meditação, yoga, dieta ou muitos outros exemplos. Da mesma forma, os movimentos negros e indígenas, outrora tão desprezados, nos ensinaram muito, assim como o feminismo e os movimentos LGBTQ+.

A única nota de cautela que eu acrescentaria é que aqueles de nós que estão confortáveis com o texto devem estar constantemente cientes de nossos privilégios e buscar estendê-los aos outros, e não se satisfazer em criar mundos próprios. Vejo ao meu redor no Reino Unido que os surdos com alguma audição e fala podem ter capital cultural surdo mais limitado, mas isso é ofuscado pela quantidade de

capital cultural “Ouvinte” que recebem dos empregos prestigiosos que lhes são concedidos por uma sociedade *audista* que não quer lidar com aqueles que são “mais surdos”.

Finalmente, devemos estar cientes de que somos participantes de uma guerra contínua. Não uso este termo levemente, mas sim como uma forma de despertar as pessoas para o quadro geral usando a terminologia apropriada. Povos indígenas em todo o globo estão engajados em guerras silenciosas para preservar e desenvolver suas culturas contra invasões nacionais e globalistas. Este é o nosso destino, e devemos abraçar essa realidade e conceber estratégias para nos defendermos, sem nos submetermos a leituras fundamentalistas simples de nossa própria natureza. Em vez disso, deveríamos buscar o tipo de unidade que abraça nossa diversidade, acolhendo aliados ouvintes, compreendendo as realidades de outras minorias e vendo todas as nossas diferenças como ferramentas potenciais para transformar as vidas dos PLS. É isso que um abraço mais pleno à Surdididade oferece a todos nós, surdos e ouvintes.

*Paddy Ladd*³

3 Autor célebre do livro *Understanding Deaf Culture* – 2002.

INTRODUÇÃO

Esta obra emerge da urgência de desvelar as complexas arquiteturas de poder que moldam a experiência, a política e a própria subjetividade dentro da comunidade surda. Longe de ser um espaço homogêneo e unificado pela língua, este é um campo de forças onde a visibilidade é tanto uma ferramenta de emancipação quanto um mecanismo de controle. Inspirando-se na análise foucaultiana das tecnologias de poder, este livro propõe que a identidade surda está incessantemente submetida a processos de vigilância e normatização que definem quem é um membro “puro” e quem é um “desviante”.

Ao longo dos capítulos, o livro apresenta uma singela observação de como o “Vigiar” se manifesta através do escrutínio público e digital – desde o controle sobre as escolhas linguísticas (Língua de Sinais *versus* oralidade) até a condenação de tecnologias como o Implante Coclear. Paralelamente, como o imperativo de “Normalizar” opera, estabelecendo o ativista ideologicamente rígido como o padrão de pureza, enquanto rotula o indivíduo que transita entre mundos, como o surdo oralizado ou o defensor do bilinguismo inclusivo, como “assimilado” ou “ouvintista”. Este livro busca, portanto, mapear o Capital Surdo e a moeda da legitimidade, expondo a punição digital perpétua como um investimento de alto retorno para aqueles que buscam ascensão na hierarquia de influência. A identidade, neste contexto, não é apenas um direito, mas uma performance disciplinada sob o olhar de todos.

Parte I: O Suplício da Identidade

Nesta primeira parte, investigamos a forma mais visível e explosiva do poder interno: a punição exemplar. Antes que o poder se torne a disciplina silenciosa e cotidiana que analisaremos mais tarde, ele manifesta-se como um espetáculo. Foucault descreveu o suplício como um ritual no qual o poder do soberano, desafiado pelo crime, era reafirmado de forma terrível sobre o corpo do condenado. Em nossa análise, o “soberano” é a própria identidade comunitária, personificada pelos seus guardiões mais zelosos, e o “crime” é a traição a essa identidade. O corpo a ser punido não é o físico, mas o social. O objetivo do suplício digital não é quebrar ossos, mas quebrar o pertencimento, num espetáculo público que serve de advertência a todos, reafirmando as fronteiras do que é aceitável ser, pensar e sentir enquanto Surdo.

CAPÍTULO I

O CRIME DE SER “OUVINTISTA”



Para que haja punição, deve haver um crime. No universo jurídico do Estado, o crime é a violação de uma lei escrita, um código tornado explícito. No universo cultural da comunidade surda, o crime supremo é a violação de uma lealdade não escrita, um ato de traição contra a coletividade na sua luta histórica. Este crime tem um nome: “Ouvintismo”. Compreender a anatomia desta transgressão, a sua genealogia e as suas manifestações contemporâneas, é o primeiro passo para entender o poder que a pune com tanto fervor.

A gênese do conceito de “ouvintismo” (*audism*, em inglês, cunhado por Tom Humphries em 1975) é fundamental. Ele não nasceu como um insulto interno, mas como uma ferramenta política vital e de uma clareza revolucionária. Assim como os conceitos de “racismo” ou “patriarcado” deram nome a sistemas de opressão difusos e, por vezes, invisíveis, “ouvintismo” deu nome à crença, consciente ou não, na superioridade da audição, da fala e da cultura ouvinte. Nomear o sistema foi o primeiro ato de poder dos oprimidos.

Foi o conceito que permitiu transformar séculos de frustrações individuais – a imposição do Oralismo, a patologização da surdez, a exclusão social, num problema coletivo e sistêmico. O trauma fundador desta resistência foi, sem dúvida, o Congresso de Milão de 1880, um evento que vive no imaginário surdo não como uma conferência pedagógica, mas como um tribunal que sentenciou as línguas de sinais à morte. As suas resoluções, que baniram o gesto das salas de aula em quase todo o mundo ocidental, representaram o auge do poder disciplinar ouvinte. O “ouvintismo” foi o escudo forjado no fogo deste trauma, uma fronteira conceptual necessária para a sobrevivência cultural.

O ponto de inflexão, e o foco deste capítulo, ocorre quando este escudo, desenhado para a defesa externa, é convertido numa arma para o policiamento interno. O “crime de ser ouvintista” deixa de ser apenas

a opressão praticada por um ouvinte e passa a ser uma acusação de heresia contra um membro da própria comunidade. A transgressão não é mais o que um ouvinte *faz* a um surdo, mas o que um surdo *pensa, escolhe ou diz* que o alinha, real ou simbolicamente, com a lógica, os valores e as ferramentas do poder ouvinte. A arma virou-se para dentro, e a sua precisão tornou-se assustadora.

A anatomia desta transgressão moderna pode ser dissecada em três categorias principais, que frequentemente se sobrepõem, criando um campo minado ideológico para o surdo contemporâneo.

1. A Transgressão Tecnológica: O Corpo Híbrido como Campo de Batalha

A transgressão mais visível e, inegavelmente, a mais controversa dentro do debate da identidade surda contemporânea é a escolha pelo Implante Coclear (IC). Para a ótica mais ortodoxa e politizada da comunidade, o IC transcende sua função como mera ferramenta de amplificação auditiva. Ele é enxergado, sobretudo, como um artefato ideológico, operando como um verdadeiro “Cavalo de Tróia” do mundo ouvinte, introduzido sorrateiramente dentro das muralhas da cidadela surda. Essa percepção transforma o dispositivo de tecnologia médica em um símbolo de ameaça cultural e de possível dissolução identitária.

A adoção do Implante Coclear, especialmente quando feita por adultos que já estão plenamente integrados e pertencentes à comunidade cultural da Língua de Sinais, é raramente interpretada como uma escolha de saúde ou comodidade pessoal. Pelo contrário, ela é frequentemente lida como um ato político de rejeição. É vista como uma tentativa de “cruzar a fronteira” ideológica, de abandonar o “povo surdo” e os valores de sua cultura em busca de uma “cura” para uma condição que a comunidade tem lutado arduamente, por décadas, para redefinir não como uma deficiência, mas sim como uma simples e valiosa diferença humana e cultural.

O cerne do conflito e aquilo que é, de fato, punido e repudiado, é a **narrativa**. A comunidade surda construiu, com imenso esforço, uma poderosa contranarrativa à tradicional visão médica da surdez: a de que ser surdo não significa uma perda, mas sim o ganho de uma outra forma de ser, de perceber e de interagir com o mundo, baseada na visualidade e na Libras. O indivíduo implantado, contudo, ao celebrar sua nova capacidade de ouvir, introduz inevitavelmente uma narrativa concorrente que desestabiliza esse alicerce ideológico.

Nesta lógica de conflito narrativo, a experiência subjetiva do implantado é completamente ressignificada pelo olhar coletivo. A sua genuína alegria em ouvir, por exemplo, o canto de um pássaro, o som da chuva ou a voz de um familiar pela primeira vez, não é interpretada como um simples ganho pessoal. Ao invés disso, ela é absorvida e utilizada como uma validação pública da premissa ouvintista fundamental, segundo a qual a vida com acesso ao som é inerentemente, incontestavelmente e universalmente superior à vida em silêncio ou em Língua de Sinais.

Em última análise, o corpo do indivíduo que porta o Implante Coclear torna-se o local visível dessa transgressão ideológica. O dispositivo, instalado cirurgicamente, é uma marca física que testemunha o abandono da narrativa coletiva. Por essa razão, a sua experiência subjetiva — sua liberdade de escolha, sua busca por inclusão ou sua alegria pessoal — é frequentemente sacrificada no altar da pureza ideológica e da coesão comunitária. O julgamento severo serve, assim, para reafirmar a fronteira cultural e garantir a sobrevivência da identidade surda tal como ela foi politicamente definida.

2. A Transgressão Linguística: A Voz como Estigma

Existe uma forma de transgressão ideológica que é mais sutil do que a adoção de tecnologias, mas que possui uma potência igualmente destrutiva no campo da identidade: a valorização pública e excessiva da língua oral. O “crime” não reside na capacidade individual de falar,

mas na manifestação dessa capacidade como um valor prioritário. Esta atitude é vista como um enfraquecimento das fronteiras culturais e uma ameaça ao consenso ideológico que sustenta a comunidade surda.

Esta transgressão se manifesta em comportamentos públicos específicos. Um surdo que expressa orgulho explícito em sua proficiência oral, que partilha vídeos demonstrando sua capacidade de articular a fala, ou que defende métodos de ensino Bilíngue que equilibram a Língua de Sinais (LS) e o Português oral de uma forma considerada excessiva pela ortodoxia, comete um deslize. O ponto de ruptura é a minimização da primazia da Língua de Sinais como o pilar único, insubstituível e inegociável da identidade e da coesão comunitária.

A razão para a intensidade dessa reação social e punitiva está profundamente enraizada na memória histórica do Oralismo. Durante mais de um século – um período conhecido como “Era do Oralismo” – o projeto de fazer o surdo falar foi a obsessão central da disciplina ouvintista. Este era um projeto violento e opressor, destinado a “normalizar” o corpo surdo forçadamente em um molde ouvinte, negando-lhe sua forma natural de comunicação.

A disciplina do Oralismo impôs rotinas exaustivas e traumatizantes, que envolviam horas infundáveis de terapia da fala, exercícios mecânicos forçados de respiração e articulação, e a repressão violenta de qualquer forma de gesto ou sinalização. A imposição da oralidade exigiu a supressão da própria expressão linguística natural do surdo. O corpo e a voz tornaram-se os locais dessa violência pedagógica.

Como resultado direto dessa opressão histórica, a chamada “voz de surdo” – uma fala com entonação e ritmo diferentes – tornou-se um estigma, um marcador físico audível da opressão sofrida. A luta pela Língua de Sinais foi, essencialmente, uma luta pela libertação deste estigma e pela validação de uma forma de comunicação não violenta e culturalmente autêntica. Portanto, quando um membro da comunidade parece revalorizar a oralidade, ele é acusado de perpetuar a antiga hierarquia e de validar os objetivos do opressor.

Neste contexto, o discurso do surdo que valoriza a oralidade é visto como um ataque direto à alma da comunidade: a sua língua visual. O seu ato é lido como uma tentativa de reintroduzir o estigma e de minar o capital político conquistado pela LS. Por isso, a punição social – o ostracismo, a acusação de “ouvintismo” e o cancelamento – visa, em última instância, silenciar essa voz dissidente, garantindo que a pureza ideológica da comunicação gestual não seja contaminada por elementos que reativem a dor e a submissão do passado.

3. A Transgressão Política: A Dissensão como Deslealdade

Talvez a mais complexa, esta transgressão envolve o desvio da linha política não escrita da comunidade. A comunidade surda, como qualquer minoria em luta, depende de uma frente unida para avançar as suas causas. A dissensão interna é, por isso, frequentemente vista não como um sinal de um debate saudável, mas como uma fratura que enfraquece a luta coletiva.

O crime político pode assumir várias formas: a sugestão de parcerias com instituições historicamente vistas como “inimigas” (clínicas de fonoaudiologia, fabricantes de implantes que não se alinham com a visão cultural); a defesa de uma abordagem de “escolha individual” em detrimento de uma postura coletivista sobre a educação de crianças surdas; ou, mais comumente, o questionamento público das estratégias e da autoridade de líderes e associações surdas estabelecidas. O questionador político é rotulado como um transgressor, um divisionista, um ingênuo ou, na pior das hipóteses, um infiltrado que serve os interesses do poder ouvinte. Ele quebra a solidariedade, o bem mais precioso de uma comunidade sob cerco.

4. O Preço da Pureza Ideológica

Em última análise, o crime de ser “ouvintista” é um crime de fronteira. É a transgressão de borrar as linhas nítidas que a comunidade precisou de traçar para sobreviver à violência histórica do Oralismo. O

transgressor, com as suas escolhas tecnológicas, linguísticas e políticas, introduz a ambiguidade, a nuance e a complexidade num mundo que, para se defender, se estruturou em torno de uma clareza binária: Surdo *versus* Ouvinte, Língua de Sinais *versus* Fala, Cultura *versus* Patologia.

Esta clareza, embora fundamental para a mobilização política e a construção da identidade, revela-se também a sua maior fraqueza interna. O policing do ouvintismo transforma a diversidade de experiências surdas em suspeita, impondo uma Ortodoxia Cultural que exige a conformidade total. O indivíduo que opta pelo Implante Coclear, que valoriza a oralidade, ou que discorda da estratégia política majoritária, é forçado a escolher entre a sua autenticidade subjetiva e a lealdade ao corpo político coletivo. A sua punição que se manifesta no ostracismo social, na repreensão pública ou na deslegitimação de suas identidades híbridas—é exemplar e inequívoca, servindo para reafirmar as fronteiras em nome da sobrevivência da “nação” Surda.

O paradoxo trágico reside no cerne desta dinâmica: ao usar a ferramenta do “Ouvintismo” para se defender de um sistema opressor, a comunidade corre o risco de replicar internamente a rigidez, a intolerância e a lógica disciplinar do próprio sistema que combate. A busca incessante pela pureza ideológica pode, ironicamente, levar à operação de uma micro-tirania dentro do grupo marginalizado, onde a liberdade de escolha individual é sacrificada para manter a força da luta coletiva. O custo final do crime de ser ouvintista não é apenas a marginalização do indivíduo «culpado», mas a fragilização do próprio conceito de Comunidade ao transformá-la de um refúgio de inclusão em um tribunal de lealdade. O capítulo encerra-se, portanto, não com uma condenação do Ouvintismo, mas com uma reflexão sobre a violência estrutural que força minorias a recorrerem à intransigência para assegurar a sua própria existência.

CAPÍTULO 2

A PRAÇA PÚBLICA DIGITAL E O ESPETÁCULO DO BANIMENTO



Foucault abre o “Vigiar e Punir” com a descrição visceral da execução de Damians, o regicida, em 1757. O suplício era um espetáculo de poder. O corpo do criminoso era desmembrado à vista de todos, não por sadismo, mas por necessidade política. Era essencial que a população visse o poder do soberano ser inscrito na carne do transgressor, para que a ordem social fosse reafirmada. Hoje, o cadafalso foi desmontado, mas a necessidade do espetáculo punitivo não desapareceu. A praça pública mudou de endereço. O palco do suplício identitário é o feed infinito das redes sociais.

O ambiente digital é a arena perfeita para o espetáculo do banimento. A sua arquitetura — uma espécie de panóptico invertido onde a multidão vigia o indivíduo — é o próprio instrumento da punição. Esta arquitetura assenta em três pilares que tornam o suplício digital mais eficiente e devastador do que qualquer carrasco do passado.

1. A Visibilidade Algorítmica:

No século XVIII, a eficácia do suplício e da punição pública dependia de uma logística física: era necessário garantir que o maior número de pessoas se reunisse na praça para testemunhar o castigo e internalizar a lição moral. Hoje, essa dependência logística foi totalmente eliminada pela tecnologia. Na era digital, o alcance da punição é garantido e, mais crucialmente, amplificado pelo algoritmo. A visibilidade da transgressão não é mais um evento incerto e localizado, mas sim um desdobramento automatizado e massificado.

As plataformas digitais modernas são inerentemente desenhadas para maximizar o envolvimento (*engagement*), e a emoção mais eficaz para gerar essa interação é a indignação. Um post controverso, uma opinião dissidente ou a exposição de uma “transgressão” não é apenas passivamente visto por quem a procura; é ativamente promovido pela própria plataforma. O algoritmo reconhece o potencial de polarização e de reação emocional daquele conteúdo e o impulsiona em prioridade

nos *feeds* dos usuários, garantindo que o tema se torne viral e inicie um ciclo de punição e *retweeting*.

Na sua busca cega por cliques, comentários e tempo de tela, o algoritmo assume o papel do arauto que outrora convocava a multidão à praça pública. Ele garante que o “crime” ideológico – ou o desvio – atinja a máxima visibilidade possível. Dessa forma, o julgamento social não é apenas realizado por um grupo isolado, mas torna-se uma deliberação massiva e quase instantânea. O algoritmo, ao amplificar a condenação e tornar a punição perpétua, transforma-se no agente que assegura o caráter público, espetacular e avassalador da justiça sumária digital.

2. A Permanência e o Dossiê Digital:

O suplício e a punição pública de outrora, por mais brutais e degradantes que fossem, possuíam uma característica fundamental: um ponto final. O sofrimento, embora extremo, terminava com o ato, permitindo ao indivíduo, em teoria, iniciar um processo de recuperação social. A punição na era digital, contudo, é assombrada pela permanência. Longe de ser um evento finito, o castigo *online* é um purgatório prolongado, onde o indivíduo é constantemente forçado a reviver sua transgressão. A sentença digital não se encerra; ela se instala como um fantasma no histórico do indivíduo.

A ferramenta central que garante a eternidade dessa punição é a captura de ecrã, o famoso “print”. Esse simples ato transforma uma opinião outrora efêmera, um comentário rápido ou um pensamento passageiro, num documento eterno e inalterável. A fluidez da comunicação digital é coagulada em uma prova irrefutável. Um comentário feito há anos, já esquecido pelo seu autor, pode ser resgatado a qualquer momento e utilizado como prova contundente em um julgamento social futuro. O *print* confere à punição digital seu caráter indelével e sua capacidade de ressuscitar o passado.

Dessa forma, a vida *online* de um indivíduo surdo se converte em um dossiê perpétuo e detalhado. As plataformas digitais funcionam como um arquivo forense de pureza ou, mais frequentemente, de

transgressões, pronto a ser aberto, reexaminado e rediscutido a qualquer momento por qualquer pessoa. Essa vigilância constante e essa memória implacável significam que o conceito de remissão ou reabilitação social é drasticamente comprometido. A punição não tem um fim definitivo; ela permanece como uma marca digital indelével, afetando oportunidades, reputação e a própria identidade do indivíduo surdo indefinidamente.

3. A Gamificação da Punição:

O público do suplício tradicional era majoritariamente passivo. No espetáculo digital, a multidão é o carrasco. Cada “gosto”, cada partilha, cada *emoji* de raiva ou comentário de condenação é um ato de participação ativa no ritual de banimento. A punição é gamificada. Os participantes são recompensados com validação social instantânea do seu grupo.

Conforme a teoria de Pierre Bourdieu, ao juntarem-se à condenação e performarem a sua lealdade à norma ideológica, os participantes estão a acumular Capital Simbólico, que aqui denominamos “Capital Surdo”. Este capital representa a soma de prestígio, reconhecimento e autoridade que um indivíduo acumula por demonstrar aderência estrita à ideologia dominante da comunidade (a Ortodoxia Cultural).

O ato de condenar publicamente um “ouvintista” é, na verdade, um investimento social de alto retorno. Essa ação transcende a mera repreensão individual, funcionando como um poderoso mecanismo de sinalização social. Ao expor e repudiar tal comportamento, a coletividade reforça suas próprias normas e limites éticos, incentivando o conformismo passivo ou a negligência cega perante a injustiça ou a falta de empatia. O retorno é percebido na elevação do padrão de responsabilidade cívica, na construção de um ambiente onde a escuta ativa e a participação crítica são valorizadas, e na consolidação de uma cultura que exige mais do que apenas a presença física, mas a efetiva *tomada de posição*. Como por exemplo:

- **Caso do Ativista Silencioso:** Um ativista surdo que adota uma postura consistentemente crítica em relação ao Implante Coclear (IC) e que, em contrapartida, demonstra um fervoroso compromisso com a valorização e a promoção da Língua de Sinais (LS) está, na prática, acumulando um tipo específico de capital social e simbólico. Essa dedicação não é apenas uma manifestação de crença pessoal; ela estabelece uma fronteira clara, posicionando o indivíduo no espectro ideológico mais “puro” e autêntico dentro da comunidade. Essa performance contínua de adesão aos valores centrais da cultura surda, como a primazia da identidade linguística em detrimento de soluções oralistas, é o que constitui a base desse acúmulo de prestígio e reconhecimento.

O ápice dessa acumulação de “Capital Surdo” frequentemente ocorre no momento de um conflito público. Quando um colega, por exemplo, publica uma foto de seu filho utilizando o Implante Coclear, o ativista que o condena publicamente não está apenas criticando a decisão de um par; ele está executando um ritual de reafirmação. Essa condenação pública atua como uma purgação ideológica, reforçando sua própria “pureza” e seu alinhamento inabalável com a causa da LS. Ao marcar o colega como desviante, o ativista utiliza a visibilidade do conflito para demonstrar lealdade e rigor moral perante toda a comunidade, elevando seu *status* às custas do outro e solidificando sua posição como guardião da identidade cultural.

O capital assim conquistado não é apenas simbólico; ele se traduz diretamente em poder e influência tangíveis. Esse “Capital Surdo” é trocado por acesso, voz e autoridade política dentro da comunidade. É esse reconhecimento de pureza ideológica e dedicação inquestionável que garante ao ativista o direito a falar em eventos importantes, a ocupar cargos de destaque ou, crucialmente, a ter sua voz ouvida e respeitada em decisões políticas internas que afetam toda a comunidade. Em suma, a condenação pública é um movimento estratégico que converte crença em moeda social, assegurando ao ativista uma posição central na definição da agenda e dos rumos da luta surda.

- **A Punição da “Voz”:** O indivíduo surdo que alcança proficiência na oralidade e que defende um modelo educacional Bilíngue que inclua ativamente a habilidade oral junto à Língua de Sinais (LS) frequentemente se encontra em uma posição ideologicamente vulnerável. Essa postura, vista por alguns como uma ponte necessária ou um enriquecimento, pode ser interpretada por setores mais rígidos da comunidade como uma traição. Ao ser percebido como alguém que valoriza excessivamente as competências auditivas ou que faz concessões ao mundo ouvinte, o ativista corre o risco imediato de ser rotulado e acusado de “ouvintismo”, termo que funciona como um anátema, minando sua credibilidade e questionando sua lealdade à identidade surda.

No momento em que o indivíduo “oralizado” é publicamente atacado, líderes e ativistas que buscam reforçar sua própria posição não hesitam em se manifestar rapidamente contra ele. O ato de rotulá-lo como “vendido”, “assimilado” ou “traidor” funciona como uma demonstração pública de zelo ideológico. Essa resposta imediata e severa não é apenas uma reação à postura do colega, mas sim uma performance cuidadosamente cronometrada para sinalizar pureza e rigor aos olhos dos pares. O ataque, portanto, transforma-se em um ritual de exclusão que serve para demarcar o que é aceitável e o que é considerado um desvio ideológico.

O zelo ideológico demonstrado neste ataque é imediatamente recompensado através dos mecanismos das redes sociais e do reconhecimento interno. A condenação pública gera uma enxurrada de *likes*, comentários de apoio e partilhas vindas do grupo mais ortodoxo e ideologicamente alinhado. Essa validação digital e social é o que se traduz em **legitimidade imediata** para o agressor. O alto volume de apoio funciona como um capital social instantâneo, permitindo ao líder ascender rapidamente na hierarquia social e política da comunidade. Ao eliminar a ameaça ideológica e obter a aprovação da base, o atacante consolida sua reputação como guardião da identidade, garantindo-lhe maior influência e autoridade no debate comunitário.

Este mecanismo de pureza performativa garante um ciclo vicioso: quanto mais fervorosa a condenação do outro, mais incontestável se torna a posição do acusador. O processo não é apenas sobre punir o transgressor; é, fundamentalmente, sobre autovalidação hierárquica e a luta pelo monopólio da definição de quem é o “Surdo autêntico” dentro do campo social.

3.1. A Arquitetura da Punição: Vigilância Digital e Teoria Crítica

O ambiente digital contemporâneo não pode ser entendido apenas como uma ferramenta de comunicação; ele é, fundamentalmente, uma **arena** de conflito e performance social. Essa arena foi rapidamente convertida no palco perfeito para o espetáculo do banimento, um rito moderno de exclusão que substituiu as praças públicas medievais e os rituais formais. A velocidade, a escala e a arquitetura das redes sociais conferem a este espaço uma capacidade única de transformar a crítica em condenação e o desvio em ostracismo.

O banimento, ou “cancelamento,” funciona como um espetáculo em que a comunidade reafirma seus valores por meio da exclusão de um membro. O sucesso desse espetáculo reside na sua capacidade de gerar uma catarse coletiva e um sentimento de superioridade moral entre os participantes. A visibilidade da queda do indivíduo serve como um poderoso reforço das normas éticas e ideológicas vigentes, ensinando a todos os espectadores as consequências de se afastar do caminho considerado “normal” ou “puro”.

O elemento mais insidioso desse cenário é que a própria arquitetura das plataformas digitais foi transformada no instrumento primordial da punição. Diferente de um tribunal onde o poder é centralizado, a rede é um sistema distribuído onde a funcionalidade da comunicação se funde com a mecânica da disciplina. As ferramentas de compartilhamento, *retweet*, menção e ranqueamento de conteúdo não são neutras; elas são os meios pelos quais a sentença social é não apenas proferida, mas também executada.

A dinâmica central da arena digital é que a multidão vigia o indivíduo. Não existe um único vigia central; cada usuário se torna um guardião potencial dos limites ideológicos. Essa vigilância é incessante e granular, abrangendo cada postagem, comentário ou *like* que o indivíduo realiza ou realizou no passado. A condenação surge do consenso e da reação em cadeia dessa multidão, transformando a audiência em juiz, júri e carrasco.

O indivíduo, por sua vez, é colocado sob um holofote que expõe todas as suas transgressões passadas e presentes ao escrutínio implacável. Ele se torna o objeto sacrificial necessário para o funcionamento da ordem social. Sua vida online, transformada em um “dossiê perpétuo” por meio de *prints* e resgates de conteúdo, é o material bruto usado para construir a narrativa de seu desvio e justificar a necessidade de sua remoção da esfera social aceitável.

A velocidade inerente às redes sociais garante que a punição seja imediata e sobrepujante. O banimento é imposto por meio de um *feedback* instantâneo de reações negativas: perda de seguidores, comentários de ódio, *unfollows* em massa e *trends* de condenação. Essa reação rápida funciona como um choque disciplinar, sinalizando ao transgressor e a todos os observadores a gravidade do erro e a rapidez com que a comunidade se mobilizará para defender suas normas.

A punição não se limita à dor emocional. O banimento digital é material: resulta na perda de acesso a plataformas, remoção de conteúdo, encerramento de contas e, crucialmente, na negação de oportunidades profissionais e sociais. A arquitetura digital é o instrumento que não apenas permite a condenação moral, mas também a executa, isolando o indivíduo de forma eficaz e abrangente, minando seu capital social e sua capacidade de atuação pública.

Pode-se afirmar que a estrutura do ambiente digital se assemelha a um Panóptico, mas em uma versão distribuída. Não há uma torre central de onde se observa, mas sim milhões de olhos interconectados. O indivíduo sente a pressão constante desse olhar coletivo e internaliza a vigilância. Ele pratica a autocensura não por medo de uma autoridade

única, mas por medo da reação da vasta e volátil multidão que detém o poder de banir.

Em última análise, a arquitetura digital garante a inescapabilidade da punição. O banido não pode simplesmente desaparecer e recomeçar, pois os rastros digitais permanecem. O fato de a arena ser o próprio instrumento de punição significa que a marca da transgressão é indelével. O espetáculo termina, mas a sentença — a eterna associação ao ato de desvio – perdura, lembrando a todos que, na rede, a punição é perpétua.

3.2. O Panóptico Invertido e o Fichamento Perpétuo

A arquitetura das redes sociais assemelha-se a um Panóptico invertido. O Panóptico, conceito de Jeremy Bentham popularizado por Michel Foucault, descreve uma estrutura de vigilância onde o poder é invisível e o vigiado se sente constantemente observado, internalizando a disciplina. No contexto digital, o poder não é invisível, mas difuso e disperso. A multidão (*crowd*), e não uma autoridade central, é que vigia e pune. Esta prática é conhecida por “*sousveillance*” (vigilância de baixo para cima) ou “*lateral surveillance*” (vigilância lateral), onde os próprios usuários policiam uns aos outros.

Essa vigilância lateral é potencializada pela Permanência e o Dossiê Digital. O *print* ou a captura de ecrã que transforma uma opinião efêmera num documento eterno é um motor de repressão. O teórico da vigilância David Lyon argumenta que vivemos numa “sociedade de vigilância” onde a acumulação de dados e de perfis digitais nos permite ser “fichados” de forma permanente. A vida *online* do indivíduo transforma-se num dossiê perpétuo que pode ser reaberto a qualquer momento. No campo da identidade surda, esse dossiê é um arquivo de pureza ideológica.

3.3. A Visibilidade Algorítmica: Amplificação da Indignação

O algoritmo, na sua busca cega por engajamento, transforma a indignação em visibilidade. Teóricos como Zeynep Tufekci e Kate

Crawford exploraram como os algoritmos não são ferramentas neutras; eles moldam a atenção humana e amplificam conteúdo polarizador, pois o conflito gera cliques. No caso do banimento do “ouvintista”, o algoritmo se torna o arauto que convoca a multidão, garantindo que o “crime” tenha a máxima visibilidade e que o julgamento seja massivo. A lógica da plataforma amplifica seletivamente a dissidência para fins de lucro, transformando o conflito interno da comunidade em um espetáculo permanente e altamente consumível, do qual é impossível escapar.

A punição digital, portanto, não é apenas um fenômeno cultural; é um subproduto da arquitetura tecnológica desenhada para recompensar o drama e a polarização, onde a indignação se torna a moeda de troca mais valiosa.

O ritual do suplício digital, com uma consistência quase litúrgica, segue quatro atos bem definidos:

Ato I: A Exposição - O Dedo Apontado. O ritual começa com a exposição do “crime”. É o post de um surdo a celebrar o aniversário do seu implante; o “print” de um comentário num grupo privado; o vídeo de um líder comunitário a questionar uma política interna. O post inicial que expõe a transgressão é frequentemente enquadrado não como um ataque, mas como um ato de dor ou dever: “É com tristeza que partilho isto...”, “Não podemos ficar calados perante isto...”. Este ato arrasta o indivíduo do espaço privado para o centro da praça pública digital. Ele é agora o foco de todos os olhares.

Ato II: O Julgamento - O Coro da Pureza. Imediatamente após a exposição, inicia-se o julgamento coletivo. A secção de comentários torna-se o tribunal. As primeiras “pedras” são geralmente atiradas por figuras de grande “Capital Surdo” — líderes respeitados, ativistas conhecidos. As suas palavras funcionam como um veredicto que legitima a fúria subsequente da multidão. Seguem-se as vozes do “povo”: expressões de choque, de “decepção”, de “vergonha alheia”, e acusações diretas de traição. A linguagem é hiperbólica, emocional e visa deslegitimar não apenas a opinião, mas a própria identidade do transgressor.

Ato III: A Marcação - O Ferro em Brasa do Rótulo. Este é o clímax do ritual, o momento em que a acusação se solidifica numa marca indelével: “**Ouvintista**”. A palavra é repetida como um mantra nos comentários. Como Foucault argumentaria, a linguagem aqui não descreve, ela *faz*. Rotular alguém de “ouvintista” é um ato de fala performativo. Não o descreve como traidor; *constitui-o* como traidor. A sua identidade complexa é apagada, substituída pela marca simplista e definitiva do seu crime. A partir deste momento, tudo o que ele disser será interpretado através do filtro desta marca.

Ato IV: A Escolha - Submissão ou Exílio. Confrontado com a fúria da comunidade, o indivíduo tem duas saídas. A primeira é a **confissão pública**: um post de desculpas, a exclusão do conteúdo ofensivo, a retratação das suas opiniões. Como no suplício de outrora, onde a confissão do crime era parte essencial do espetáculo, o pedido de perdão serve para reafirmar o poder e a justeza da norma comunitária. Se a confissão for considerada sincera, o indivíduo pode ser lentamente reintegrado, embora a mancha no seu dossiê digital permaneça. A segunda saída é o **exílio**. Se o indivíduo mantém a sua posição, ele é sistematicamente isolado. Deixa de ser convidado para eventos, é removido de grupos, os seus amigos afastam-se para evitar a contaminação por associação. Ele torna-se um fantasma social, um exemplo vivo do que acontece àqueles que ousam vaguear para fora das muralhas da ortodoxia.

Este espetáculo brutal não é um mero ato de crueldade online. Ele cumpre uma função vital para a manutenção da ordem. Ele purga a comunidade das suas ansiedades sobre a assimilação, reafirma as suas fronteiras ideológicas de forma visceral e, acima de tudo, serve como uma lição aterrorizante para qualquer um que ouse desafiar as verdades estabelecidas. O suplício digital ensina que o preço da dissidência é a morte social, e que na praça pública da identidade, a multidão é, ao mesmo tempo, juiz, júri e carrasco.

Parte II: A Punição Sutil: Da Vingança ao Poder Disciplinar

Se a primeira parte da nossa análise se focou no suplício – o espetáculo ruidoso e exemplar da punição, esta segunda parte debruça-se sobre uma transformação crucial na economia do poder. Como Michel Foucault observou na transição do século XVIII para o XIX, o poder descobre que o espetáculo, embora eficaz a aterrorizar, é dispendioso, arriscado e, em última análise, superficial. É mais eficiente não apenas castigar o corpo do transgressor, mas reformar a sua “alma” – ou, no nosso contexto, a sua identidade e os seus processos de pensamento. A punição deixa de ser um ritual de vingança para se tornar uma técnica de correção.

Na comunidade surda, assistimos a uma transição paralela. Embora o suplício digital continue a ser uma ferramenta utilizada em casos de transgressão grave, o poder disciplinar ortodoxo desenvolveu mecanismos mais económicos, difusos e permanentes de controle. O objetivo já não é apenas banir o herege de forma pública e ruidosa, mas sim criar um ambiente onde a heresia se torna impensável antes mesmo de se manifestar. Esta é a era da punição sutil, um sistema que opera não através do confronto direto do banimento, mas através da doutrinação ideológica e de um teatro de normalização constante. A violência do espetáculo dá lugar à pressão persistente da correção.

1. A Doutrinação e a Ortopedia Social

A punição sutil tem como objetivo o que poderíamos chamar de Ortopedia Social: endireitar os corpos e mentes surdos para que se alinhem perfeitamente com a Ortodoxia Cultural. Esta correção não é feita em público, mas através de instituições e práticas que a comunidade Surda criou para se defender, mas que se tornaram ferramentas de uniformização.

Um dos principais campos desta ortopedia é o Sistema Educacional Surdo, onde a Língua de Sinais é, corretamente, o pilar, mas o currículo ideológico é rigidamente controlado. As narrativas

ensinadas sobre a história da surdez, o Congresso de Milão como trauma fundador e o Oralismo como mal absoluto, são contadas de forma a eliminar a ambiguidade. O jovem surdo é ensinado a odiar e rejeitar tudo o que se alinha com o poder ouvinte (a oralidade, a medicina, a busca pela audição) e a glorificar a cultura Surda como o único caminho para a salvação. Esta doutrinação precoce funciona como um dispositivo de pré-punição: ela molda a identidade de forma a tornar certas escolhas (como o Implante Coclear) não apenas erradas, mas impensáveis ou moralmente repugnantes.

2. A Vigilância Mútua e a Auto-censura

Enquanto o Capítulo 2 se debruçava sobre a vigilância tecnológica (*sousveillance*), a punição sutil é mantida pela **Vigilância Mútua** presencial, nos espaços sociais controlados pela comunidade.

O surdo que foi socializado sob o poder disciplinar torna-se seu próprio vigilante. Consciente da balança de Capital Surdo e da facilidade com que um comentário pode levar ao banimento digital, ele pratica a autocensura. O ambiente social deixa de ser um lugar de debate livre e torna-se um teatro de performance de pureza. Ninguém expressa publicamente dúvidas sobre a primazia da Língua de Sinais ou questiona a autoridade dos líderes. O risco de ser rotulado, mesmo que de forma discreta (um olhar de desaprovação, um silêncio eloquente), é suficiente para manter a linha ideológica.

O poder disciplinar não precisa de carrascos visíveis; ele atua através de olhares e discursos internalizados. O indivíduo vigia-se a si próprio para se certificar de que está a comportar-se como o “Surdo Ideal” definido pela Ortodoxia. A punição, neste caso, não é o banimento público, mas a ansiedade constante de ser descoberto em alguma falha ideológica, levando à renúncia de qualquer complexidade identitária em favor da segurança da conformidade.

3. A Exclusão Discreta e a Normalização do Silêncio

A punição sutil não faz manchetes. Ela se manifesta na exclusão discreta dos espaços de poder.

Se um líder ou ativista for acusado de ter uma postura “ouvintista” (talvez defendendo a inclusão de clínicos de fonoaudiologia no debate educacional), ele não é publicamente expulso. Em vez disso, ele é simplesmente deixado de lado. Os seus convites para participar em comissões são “esquecidos”. As suas contribuições para debates são recebidas com silêncio oficial. Os seus artigos não são promovidos. Este silêncio, esta ausência de reconhecimento, é a forma mais eficaz e económica de disciplina. O transgressor percebe que a sua influência e o seu Capital Surdo estão a ser lentamente drenados. Ele não foi banido de forma espetacular, mas tornou-se irrelevante por não se alinhar com a norma.

Assim, a transição da **Parte I** para a **Parte II** é a passagem da **Sociedade do Suplício** (banimento ruidoso) para a **Sociedade Disciplinar** (normalização e correção interna). O poder ortodoxo não precisa de gritar para ser ouvido. Ele age silenciosamente, formatando o pensamento, policiando os espaços sociais e assegurando que o crime de ser “ouvintista” seja extirpado da “alma” do indivíduo antes que ele possa ameaçar a coesão da coletividade.

CAPÍTULO 3

DA DOCTRINA À CORREÇÃO



A passagem do suplício para a punição generalizada, segundo Michel Foucault, foi marcada pelo trabalho dos reformadores iluministas. Eles criticaram o suplício não tanto pela sua desumanidade, mas pela sua irregularidade. Queriam um sistema penal onde a lei fosse clara, a punição previsível e o poder exercido de forma racional, não como a fúria caprichosa de um soberano. No nosso contexto, assistimos a um movimento semelhante: a passagem da fúria reativa da “multidão digital” para a construção de um sistema de “verdades” comunitárias, um código penal ideológico que define, *a priori*, o que é certo e errado, o que é virtuoso e o que é criminoso.

Este capítulo analisa a codificação desta doutrina, a criação de um corpo de leis não escritas que funciona como a base para todo o sistema de punição e recompensa. Se o suplício era a resposta emocional a um crime, a doutrina é a sua justificação racionalizada. Ela transforma a punição de um ato de paixão num ato de justiça pedagógica, essencial para a manutenção da Hegemonia Cultural interna, um conceito chave na teoria de Antonio Gramsci.

1. A Codificação do “Bom Surdo”: O Novo Código Penal

O poder disciplinar, para ser eficaz, precisa de uma norma clara contra a qual todos os desvios possam ser medidos. A identidade surda ortodoxa, ao longo das últimas décadas, codificou um ideal, um modelo de perfeição identitária que chamamos de “O Bom Surdo”. Este ideal não está formalizado em nenhum documento, mas é omnipresente no discurso comunitário. Ele funciona como um código penal moral, e as suas leis podem ser delineadas, definindo as fronteiras da autenticidade e da lealdade:

- **A Lei da Primazia Linguística: A Autenticidade do Sinalizante:** O Bom Surdo reconhece a Língua de Sinais não apenas como a sua primeira língua, mas como o epicentro da sua identidade e da sua

visão do mundo. A sua fluência é um marcador de autenticidade. Qualquer valorização da língua oral é vista com suspeita, como uma violação desta lei fundamental. Nesta ótica, a Língua de Sinais não é apenas um meio de comunicação, mas um símbolo inegociável de resistência ao Oralismo histórico. Questionar a sua primazia é questionar o trauma fundador da comunidade.

- **A Lei da Consciência Política: O Alinhamento da Ideologia:** Não basta ser utilizador da língua; o Bom Surdo deve ser politicamente consciente. Isto implica a adoção de uma terminologia específica (“Surdo” com “S” maiúsculo, “ouvintismo”), a compreensão da história da opressão (Milão 1880 como evento de aniquilação cultural) e a adesão inquestionável à narrativa do “povo surdo” como uma minoria sociocultural. Esta lei exige a rejeição do modelo médico-clínico como um ato de fé política, reforçando a divisão binária que sustenta a identidade coletiva.
- **A Lei da Rejeição Patológica: O Corpo Inviolável:** O Bom Surdo rejeita veementemente a visão da surdez como uma deficiência ou uma condição a ser “consertada”. Esta lei está na base da oposição ideológica ao Implante Coclear (IC) e a outras tecnologias vistas como tentativas de “normalização” forçada pelo mundo ouvinte. A sua função é proteger a definição cultural da surdez: se a surdez for uma deficiência, então a luta pela aceitação perde terreno; se for uma cultura, então a tentativa de “cura” é um ato de violência ideológica.
- **A Lei da Solidariedade Coletiva: O Preço da Individualidade:** O Bom Surdo compreende que as suas escolhas não são meramente individuais, mas têm implicações para toda a comunidade. A defesa do “direito de escolha” individual em questões como a educação de crianças surdas ou a tecnologia é vista como uma forma de liberalismo ingénuo que ignora as pressões sistémicas do ouvintismo e enfraquece a luta coletiva. Para a doutrina, a lealdade à causa supera o direito subjetivo, reafirmando o princípio da hostilidade horizontal já abordado.

Este código não é estático, mas é constantemente reforçado e refinado pelas “instituições legisladoras” da comunidade, que traduzem a paixão e o trauma em regras frias de conduta.

2. As Instituições Legisladoras: Os Arquitetos da Doutrina

Toda a lei precisa de legisladores. No nosso caso, estas não são instituições formais com poder legal, mas sim nós de poder que produzem e disseminam o discurso dominante.

- **O Eixo Tradicional: Associações e Federações:** As associações e federações de surdos, historicamente na vanguarda da luta por direitos, desempenham um papel crucial. Através dos seus congressos, publicações e posicionamentos oficiais, elas estabelecem a “linha do partido”, fornecendo o carimbo de legitimidade formal. Elas atuam como os guardiões da memória histórica e os árbitros das fronteiras ideológicas.
- **O Eixo Intelectual: Académicos e o Poder Simbólico:** Ao lado delas, emerge a figura do académico surdo ou pesquisador dos Estudos da Surdez. Ao traduzirem a experiência surda para o jargão teórico, eles conferem uma legitimidade intelectual à doutrina. Utilizando o Capital Simbólico que advém do ambiente universitário, eles transformam as crenças comunitárias em “verdades científicas” e sociais, solidificando o consenso de forma irrefutável para os membros da comunidade que valorizam o discurso letrado.
- **O Eixo Popular: Influenciadores e a Simplificação Viral:** Os influenciadores digitais, por sua vez, atuam como os seus grandes divulgadores e simplificadores. Eles traduzem conceitos complexos (como a diferença entre o modelo clínico e o modelo sociológico) em *slogans*, *memes* e narrativas virais que são facilmente consumidos pela base comunitária. Juntos, estes atores formam um ecossistema que produz, legitima e populariza a doutrina, tornando-a hegemónica e onipresente.

3. A “Brandura” da Punição: O Arsenal de Sanções Sutis

Armado com este código, o poder já não precisa de recorrer sempre ao espetáculo sangrento do suplício. A punição torna-se mais “branda”, mais econômica e, talvez, mais cruel na sua permanência. A nova economia da punição baseia-se em sanções que não matam o corpo social, mas que o deixam definhando lentamente.

- **O Silenciamento Estratégico: A Punição pela Invisibilidade**

A punição mais comum é a invisibilidade. O dissidente deixa de ser convidado para palestrar em eventos. Os seus projetos não recebem o apoio das associações. As suas publicações nas redes sociais são recebidas com um silêncio ensurdecedor por parte dos líderes de opinião, um sinal claro para o resto da comunidade de que aquela pessoa e as suas ideias devem ser ignoradas. Este silenciamento, mais do que uma agressão, é a morte da sua relevância pública, um golpe direto no seu Capital Simbólico.

- **A Morte por Mil Cortes Sociais: O Micro-Ostracismo**

Esta forma de punição opera através do micro-ostracismo ou da agressão passiva. É ser deixado de fora de um grupo de trabalho importante, ver os seus comentários ignorados em debates *online*, ser o alvo de “indiretas” em publicações de outros. Nenhum destes atos, isoladamente, é uma agressão grave, mas o seu efeito cumulativo é o de um lento isolamento, uma asfixia social que leva o indivíduo a questionar o seu próprio lugar e a sentir-se progressivamente deslegitimado dentro da comunidade.

- **O “Chilling Effect”: A Punição Preventiva e a Autocensura**

Talvez a função mais importante desta punição branda seja a sua capacidade de dissuasão. Ao verem o que acontece àqueles que se desviam da doutrina — mesmo que a punição seja “apenas” o silêncio e o ostracismo, os outros membros da comunidade aprendem a lição. Eles começam a autocensurar-se, a evitar tópicos controversos,

a alinhar o seu discurso público com a ortodoxia para evitar problemas. A punição mais eficaz é aquela que nunca precisa de ser aplicada, pois o medo dela é suficiente para garantir a conformidade. O “Chilling Effect” (efeito de arrefecimento) garante que o poder disciplinar se torne internalizado, transformando a vigilância externa em autovigilância.

Esta transição da doutrina para a correção marca a maturidade de um sistema de poder. Ele já não precisa de improvisar a sua resposta a cada transgressão. Agora, possui um código, instituições e um arsenal de sanções sutis que lhe permitem governar de forma mais eficiente, criando uma ordem onde a obediência não é imposta pela força bruta, mas cultivada através de uma pedagogia punitiva constante.

CAPÍTULO 4

A CRISE DA FRONTEIRA: O CUSTO DA IDENTIDADE “PURA”



Se os Capítulos 2 e 3 detalharam os mecanismos de policiamento e doutrinação, este capítulo irá dissecar as suas consequências corrosivas. O sistema de punição, em sua fúria pela pureza, gera um paradoxo: ao tentar reforçar a identidade Surda, ele acaba por fragilizar as suas fronteiras e paralisar o seu potencial político. O custo de manter a ortodoxia cultural é pago com a exclusão de membros valiosos e com a estagnação do debate interno.

1. O Drama do Sujeito Híbrido: A Inlegitimidade da Fronteira

O sistema de doutrinação codificado no “Bom Surdo” opera sobre um princípio binário rígido: de um lado, a Cultura Surda pura e resistente; do outro, o Ouvintismo e a assimilação. Este binarismo cria uma zona cinzenta de ilegitimidade que afeta diretamente aqueles cujas vidas se desenrolam nas margens, ou seja, as identidades híbridas.

- **O Surdo Implantado/Oralizado:** O surdo que opta pelo Implante Coclear (IC) ou que valoriza a oralidade é visto como um desertor, mesmo que use fluentemente a Língua de Sinais e seja ativo na cultura. O seu corpo, como vimos, é um artefato ideológico que contesta a narrativa de que a surdez não é uma perda. O preço dessa escolha é a sua deslegitimação identitária. Na perspectiva ortodoxa, ele é um ser em conflito permanente, um agente involuntário do ouvintismo. A comunidade o pune com o ostracismo sutil, relegando-o a um *status* de “surdo de segunda classe”, cuja lealdade e opinião são sempre questionáveis.
- **O CODA e o Surdo com Origem Ouvinte:** A crise da fronteira também atinge o CODA (*Child of Deaf Adults* – filho ouvinte de pais surdos) e o surdo que cresceu em família ouvinte e chega à comunidade mais tarde. O CODA, apesar da sua fluência linguística e do seu profundo conhecimento cultural, é frequentemente recebido com suspeita. O seu *status* de ouvinte

é visto como um potencial vetor de ouvintismo, um risco de contaminação. Da mesma forma, o surdo de origem ouvinte que adquire a LS mais tarde deve provar a sua pureza ideológica e o seu repúdio ao passado, submetendo-se a um rigoroso processo de assimilação cultural para ser plenamente aceito. O sistema exige uma certificação constante de lealdade, transformando a pertença de um direito em um privilégio condicional.

2. O Efeito Silenciador (*Chilling Effect*) e a Paralisia Política

A função mais perniciosa do policiamento interno é a sua capacidade de paralisar o debate político. Como detalhado no Capítulo 3, o “Chilling Effect” faz com que os membros da comunidade se autocensurem para evitar o temido rótulo de “ouvintista”. Este medo gera três formas de estagnação:

1. A Repetição Cega da Doutrina

Em vez de debater novas estratégias ou reconhecer a complexidade do mundo moderno, os ativistas e líderes recorrem à repetição ritualística da doutrina estabelecida. O discurso político torna-se circular e previsível, focado mais em reafirmar a pureza (o Capital Surdo) do que em resolver problemas práticos, como a falta de acesso à saúde ou a qualidade do ensino. O *status quo* ideológico é mantido à custa da inovação e da eficácia.

2. A Inibição da Autocrítica

A acusação de “ouvintismo” funciona como uma defesa intransponível contra a autocrítica. Qualquer membro que aponte falhas nas associações, na liderança ou nas estratégias adotadas corre o risco imediato de ser rotulado como divisionista ou infiltrado. Essa cultura de intransigência impede a correção de rumo, eternizando lideranças ineficazes ou estratégias desatualizadas, pois o medo de ser punido supera a coragem de questionar o poder interno.

3. O Afastamento de Aliados Essenciais

A rigidez ideológica impõe um custo externo significativo. Ao exigir uma lealdade *in totum* à sua doutrina, a comunidade torna-se incapaz de estabelecer parcerias funcionais com instituições ouvintes que, embora imperfeitas, detêm poder e recursos (como certas áreas da saúde, educação ou tecnologia). A obsessão pela pureza afasta aliados potenciais, levando a um isolamento político que limita a capacidade da comunidade de influenciar as políticas públicas.

3. A Erosão da Base Social: O Círculo Vicioso da Exclusão

O custo final do policiamento é a erosão da base social. O sistema, projetado para garantir a coesão, acaba por afastar os seus próprios membros e enfraquecer a sua representatividade.

A punição pública (Capítulo 2) e o ostracismo sutil (Capítulo 3) ensinam uma lição clara: a pertença exige a renúncia à complexidade individual. Muitos surdos que não se encaixam no modelo do “Bom Surdo” – sejam implantados, oralizados ou bilingues com prioridades diferentes, optam por abandonar os espaços comunitários. Este êxodo silencioso não só diminui o número de membros ativos, mas também empobrece a diversidade de experiências e vozes dentro da comunidade.

Ao focar-se obsessivamente na pureza, a comunidade Surda corre o risco de se tornar um gueto ideológico forte, mas reduzido, incapaz de representar a vasta gama de identidades Surdas e de Luta por Acessibilidade. O zelo em combater o ouvintismo acaba por gerar uma micro-tirania interna que fragiliza o próprio tecido social que se propunha a proteger.

CAPÍTULO 5

O TEATRO DA NORMALIZAÇÃO



Se o capítulo anterior descreveu o “código penal”, este capítulo analisa o “processo judicial” e a “sentença”. Foucault descreveu as propostas dos reformadores iluministas como a criação de um “teatro da punição”. A punição ideal não deveria ser um ato de vingança, mas uma lição, uma representação vívida da ligação entre o crime e as suas consequências. Deveria funcionar como um sistema de signos que se gravasse na mente de todos os cidadãos. A comunidade surda ortodoxa, de forma intuitiva, construiu um “teatro da normalização” incrivelmente eficaz, onde as sanções e as recompensas funcionam como um espetáculo pedagógico contínuo.

Este teatro não tem um palco fixo; ele desenrola-se nos palcos das conferências, nos bastidores das associações e, sobretudo, no fluxo incessante das redes sociais. O seu objetivo é tornar a adesão à doutrina não apenas a escolha mais segura, mas também a mais desejável.

1. As Tecnologias do Teatro: Encenação e Representação

Todo o teatro precisa de uma cenografia e de adereços. O teatro da normalização utiliza um conjunto de tecnologias de comunicação para encenar as suas lições.

- **A Partilha Estratégica como Lição de Moral:** Uma das técnicas mais comuns é a partilha de conteúdo — notícias, artigos, vídeos — que funciona como uma parábola moderna. Um líder de opinião partilha uma notícia sobre os “perigos” ou os “fracassos” do Implante Coclear, acompanhada de um comentário como: “Para refletir...”. A mensagem é clara: esta é a consequência de seguir o caminho errado. Em contrapartida, partilham-se histórias de sucesso de surdos que rejeitaram a oralidade e abraçaram a língua de sinais, com comentários como: “Um exemplo de orgulho Surdo!”. Este fluxo constante de narrativas cria uma paisagem moral onde o bem e o mal, a virtude e o pecado, são representados de forma clara e inequívoca. Não é preciso punir

diretamente o dissidente; basta encenar a sua derrota e o triunfo do virtuoso.

- **O Testemunho Público como Ato de Contrição:** O teatro precisa de drama. O testemunho de um surdo que “se converteu” é uma das suas peças mais poderosas. O indivíduo que antes usava aparelhos auditivos ou era oralizado e que, agora, abraça a identidade surda ortodoxa é incentivado a partilhar a sua história. O seu testemunho segue um arco narrativo clássico de redenção: a vida de sofrimento e confusão no “mundo ouvintista”, a “revelação” através do contacto com a comunidade surda e a língua de sinais, e a paz final encontrada na “verdadeira identidade”. Este espetáculo de conversão é incrivelmente poderoso. Ele valida a doutrina, oferece um caminho de redenção para outros “pecadores” e reforça a imagem da comunidade como uma entidade salvadora.

2. O Jogo da Recompensa e da Punição: A Economia do “Capital Surdo”

O teatro não funciona apenas com punições; ele precisa de recompensas. A conformidade com a doutrina é recompensada com a moeda mais valiosa da comunidade: o “Capital Surdo”. Este capital é uma forma de prestígio e legitimidade que se traduz em poder e influência.

- **A Recompensa da Visibilidade:** Aqueles que performam a identidade ortodoxa de forma exemplar são recompensados com visibilidade. São convidados para serem oradores em congressos, são destacados em publicações, tornam-se moderadores de grupos online, são eleitos para cargos diretivos. Esta visibilidade não é apenas um prémio, é também uma ferramenta: ao colocar os “Bons Surdos” em posições de destaque, a comunidade garante que a sua mensagem seja amplificada e que o modelo de virtude seja constantemente exibido.

- **A Punição da Irrelevância:** Em contrapartida, a punição para o desvio moderado não é o ataque, mas a irrelevância. O indivíduo que expressa opiniões “problemáticas” descobre que as suas competências e conhecimentos são subitamente ignorados. Pode ser um acadêmico brilhante, mas se as suas conclusões não se alinharem com a doutrina, o seu trabalho não será citado nem divulgado. Pode ser um gestor competente, mas nunca será considerado para um cargo de liderança. Esta punição é perversa porque é invisível. Não há uma acusação formal, apenas um lento deslizar para a sombra, um apagamento subtil do seu capital social e intelectual.

Em suma, o teatro da normalização cria um sistema de incentivos perfeitamente racional. Ele torna a conformidade benéfica e a dissidência dispendiosa. Através da representação constante de parábolas morais e da distribuição criteriosa de recompensas e sanções, ele guia os membros da comunidade para a ortodoxia, não pela força, mas pela sedução. A lição que este teatro ensina todos os dias é simples: o caminho para a aceitação, para o sucesso e para o poder dentro da comunidade passa, inevitavelmente, pela internalização e pela performance exemplar da sua doutrina. O poder disciplinar alcança aqui o seu auge: já não precisa de policiar, pois os próprios cidadãos, em busca de recompensa, fazem fila para se conformarem.

3. A Disciplina do Pertencimento

Se as duas primeiras partes da nossa obra descreveram as manifestações mais visíveis do poder — o espetáculo da punição e a sua justificação doutrinária, esta terceira parte entra na casa das máquinas. Deixamos o palco do teatro e o tribunal da ideologia para entrar na oficina onde as almas são moldadas e os comportamentos são forjados. É aqui que encontramos a disciplina no seu estado mais puro: um conjunto de técnicas sutis, persistentes e incrivelmente eficazes, cujo objetivo não é punir a transgressão, mas sim torná-la impossível,

indesejável e até mesmo impensável.

Foucault descreveu a disciplina como uma “anatomia política do detalhe”. O poder disciplinar não se interessa por grandes declarações, mas pelo controle minucioso do gesto, do horário, do corpo e do pensamento. O seu objetivo é criar “corpos dóceis”: corpos que são, ao mesmo tempo, mais produtivos para o sistema – ações, mecanismos e práticas, e mais submissos à sua autoridade. No nosso contexto, a disciplina do pertencimento visa produzir o corpo culturalmente produtivo e ideologicamente submisso do “Bom Surdo”. Este capítulo não é sobre as leis, mas sobre os exercícios. Não é sobre a condenação, mas sobre o treino. É o manual de instruções da máquina de normalização.

CAPÍTULO 6

O CORPO DÓCIL: A PERFORMANCE DO “BOM SURDO”



O poder disciplinar, em última análise, não é uma força negativa de repressão, mas uma força positiva de produção. Ele não visa apenas proibir ou extrair; ele visa *produzir* um tipo específico de indivíduo, um sujeito que internalizou as normas a tal ponto que a sua obediência parece emanar da sua própria vontade. Este sujeito-modelo, o produto final da linha de montagem disciplinar da comunidade surda ortodoxa, é o “Bom Surdo”.

Ser um “Bom Surdo” não é um estado de ser, mas uma performance contínua e exigente. É uma demonstração incessante de lealdade e pureza através de um conjunto de comportamentos codificados que abrangem todas as facetas da vida. Analisemos os três eixos principais desta performance, que constituem a anatomia do corpo dócil.

1. A Performance Linguística: A Política em Cada Gesto

A língua de sinais é o pilar da identidade surda, mas para o poder disciplinar, não basta *usar* a língua; é preciso usá-la *corretamente*, de uma forma que reforce a doutrina. A performance linguística do Bom Surdo é avaliada em várias frentes:

- **Pureza e Autenticidade:** A fluência é o requisito básico, mas a verdadeira medida é a “autenticidade”. Uma língua de sinais fortemente influenciada pelas estruturas do português (“português sinalizado”) é vista como impura, uma contaminação. O Bom Surdo esforça-se por usar uma língua de sinais “pura”, idealmente herdada de uma família surda (o mais alto grau de autenticidade) ou aprendida e aperfeiçoada através da imersão total na comunidade. A sua competência linguística é a sua certidão de nascimento cultural.
- **Terminologia como Uniforme Ideológico:** A escolha das palavras é um campo minado e um teste constante de alinhamento político. O Bom Surdo nunca dirá “deficiente auditivo”, mas sim

“Surdo” (com “S” maiúsculo). Ele não falará em “ouvir melhor” com um implante, mas em “acesso a estímulos sonoros”. Ele usará consistentemente o termo “ouvintismo” para descrever a opressão. Esta terminologia não é apenas um vocabulário; é um uniforme. Usá-la corretamente sinaliza, de imediato, que se pertence ao mesmo exército ideológico.

- **A Recusa da Oralidade como Ato Político:** O Bom Surdo, mesmo que seja capaz de oralizar, pratica uma calculada discrição vocal em espaços comunitários. A sua recusa em usar a voz não é uma questão de conforto ou capacidade, mas um ato político. É uma performance de resistência, uma demonstração de que ele rejeita a ferramenta que o opressor tentou impor-lhe. A sua assinatura de e-mail, as suas biografias nas redes sociais, tudo declara a língua de sinais como a sua forma primária e preferida de comunicação.

2. A Performance Política e Ideológica: A Economia Afetiva da Crença

Para além da linguagem, o Bom Surdo deve demonstrar uma adesão inabalável à doutrina política. Isto vai além do mero acordo intelectual; exige uma performance afetiva, uma demonstração pública das “emoções corretas”.

- **A Adoção do Credo:** O Bom Surdo deve ser capaz de recitar os dogmas da fé ortodoxa. Isto inclui a narrativa histórica centrada no trauma do Congresso de Milão, a compreensão da surdez estritamente como uma identidade sociocultural, e a rejeição categórica do modelo médico. Ele deve demonstrar este conhecimento em debates, discussões e publicações, usando os argumentos e as citações corretas que provam que foi bem “catequizado”.
- **A Externalização das Emoções Corretas:** Não basta saber; é preciso sentir, ou pelo menos, demonstrar que se sente. O Bom

Surdo performa o **orgulho** na sua identidade através da exaltação da cultura surda. Ele performa a **raiva** e a **indignação** perante qualquer manifestação de ouvintismo, real ou percebida. Ele performa a **solidariedade** e a **empatia** para com os seus pares que seguem a norma, e uma calculada **decepção** para com aqueles que se desviam. Esta “economia afetiva”, a circulação e exibição das emoções politicamente corretas, é uma das mais poderosas provas de lealdade. A ausência da indignação esperada perante uma transgressão é, em si mesma, uma transgressão.

- **O Rechaço Ritualístico do Inimigo:** O Bom Surdo deve participar ativamente nos rituais de condenação do “ouvintismo”. Ele deve “gostar” das publicações que denunciam a patologização, partilhar os vídeos que criticam o implante coclear e comentar em apoio aos “suplícios digitais” discutidos na Parte I. A sua participação, mesmo que passiva, é um juramento de lealdade, uma demonstração de que ele está do lado certo da muralha.

3. A Performance Social e Estética: A Disciplina da Vida Privada

A disciplina do pertencimento não se detém na porta de casa. Ela estende os seus tentáculos à vida social e até mesmo às escolhas estéticas do indivíduo, pois entende que cada escolha é, potencialmente, uma declaração política.

- **A Priorização do Espaço Social Surdo:** O Bom Surdo demonstra o seu compromisso ao priorizar a vida social da comunidade. Ele frequenta os encontros da associação de surdos, participa nos festivais de cultura surda, e a sua rede de amigos mais próxima é predominantemente, se não exclusivamente, surda. Uma vida social demasiado “mista” ou a ausência notada em eventos importantes pode ser interpretada como desinteresse ou, pior, como uma preferência pelo mundo ouvinte.
- **A Estética da Identidade:** A performance estende-se à

autoapresentação digital. A foto de perfil do Bom Surdo frequentemente inclui símbolos da cultura surda, como o sinal de “Eu Amo-te” (I Love You) em Língua de Sinais Americana. Ele partilha memes em língua de sinais, usa molduras de perfil que apoiam causas surdas e identifica-se explicitamente como “Surdo” (com “S” maiúsculo) na sua biografia. A sua identidade digital é um outdoor da sua conformidade ideológica.

- **As Escolhas Afetivas como Declaração Final:** Embora seja o domínio mais privado, as escolhas afetivas e familiares são o teste final de lealdade. Existe uma forte pressão endogâmica. A união com outro Surdo é vista como o ideal, a forma mais elevada de compromisso com a continuidade da cultura surda. A escolha de um parceiro ouvinte, embora comum, é submetida a um escrutínio intenso. O parceiro ouvinte deve ele próprio passar por um exame, demonstrando o seu compromisso em aprender a língua de sinais e respeitar a cultura surda, para que o Surdo não seja acusado de se ter “assimilado”.

Em conclusão, o “Bom Surdo” não é uma identidade que se tem, mas um papel que se desempenha. É um construto, um ideal regulador que ninguém consegue encarnar perfeitamente, mas contra o qual todos são constantemente medidos. O corpo torna-se dócil não por ser acorrentado, mas por ser transformado num palco onde a lealdade é performada incessantemente, sob o olhar atento da comunidade. A seguir, abriremos a caixa de ferramentas que torna este adestramento intensivo possível.

CAPÍTULO 7

AS FERRAMENTAS DO BOM ADESTRAMENTO: VIGILÂNCIA, SANÇÃO, EXAME



Se o capítulo anterior descreveu o produto final da disciplina, este capítulo dissecou a maquinaria que o produz. Foucault identificou três instrumentos primários do poder disciplinar: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Estas três ferramentas, adaptadas e refinadas para o contexto comunitário, formam uma “trindade” de controle que opera de forma sinérgica e contínua para adestrar os indivíduos e garantir a sua conformidade com o ideal do “Bom Surdo”.

1. A Vigilância de Pares: O Olhar Constante

Foucault descreveu a vigilância hierárquica do Panóptico, onde um único vigia no centro podia observar todos os prisioneiros. Na comunidade surda, o sistema é ainda mais eficiente: é um panóptico descentralizado, uma rede de vigilância de pares onde todos vigiam todos. Não há uma torre central; a torre está em todo o lado.

- **O Olhar em Espaços Físicos:** Nos espaços de convívio da comunidade — associações, conferências, festivais — opera um escrutínio social intenso. Não é um olhar hostil, mas um olhar avaliador. A forma como uma pessoa gesticula, a pureza da sua língua de sinais, com quem conversa, o seu grau de entusiasmo durante uma palestra política — tudo é observado, registado e comentado. Este olhar constante cria uma pressão para a performance, pois o indivíduo sabe que está sempre em palco.
- **O Panóptico Digital:** É no espaço digital que a vigilância atinge a sua máxima eficácia. As redes sociais são um arquivo aberto da vida e das opiniões de cada um. A vigilância aqui é meticulosa: analisa-se quem “gosta” de publicações consideradas problemáticas; escrutinam-se as listas de amigos em busca de associações “perigosas”; e, acima de tudo, utiliza-se o *print* (captura de ecrã) como a ferramenta suprema. Um comentário

feito num grupo supostamente privado pode ser capturado e redistribuído como prova irrefutável de uma transgressão. Esta ameaça constante da exposição força o indivíduo a policiar cada palavra, a calcular cada interação. Ele internaliza o vigia.

2. A Sanção Normalizadora: A Ortopedia da Identidade

A vigilância, por si só, é inútil se não estiver ligada a um sistema de consequências. A sanção normalizadora é o conjunto de respostas, grandes e pequenas, que visam corrigir qualquer desvio da norma. Foucault via este poder não como o da lei (que pune o crime), mas o da norma (que corrige o desvio). O seu objetivo não é vingar, mas sim “endireitar” — uma verdadeira ortopedia moral e identitária.

- **O Espectro das Micropunições:** A sanção raramente é a “bomba atômica” do suplício digital. Na maioria das vezes, opera através de um espectro de micropunições que corrigem o comportamento no dia a dia. Pode ser um emoji de “olhos a revirar” num comentário; uma correção pública e condescendente da terminologia política de alguém (“Não se diz ‘deficiente’, diz-se ‘Surdo’”); o silêncio deliberado após uma intervenção considerada “fora do tom” numa reunião; ou a “indireta” numa publicação, que todos sabem a quem se dirige. Estas pequenas sanções funcionam como os toques de um pastor no seu rebanho, guiando subtilmente os indivíduos de volta ao caminho certo.
- **O Poder do Rótulo como “Morte Social”:** No extremo do espectro está, claro, a sanção máxima: a aplicação do rótulo de “ouvintista”. Como vimos, este rótulo funciona como uma forma de “morte social”. A sua eficácia reside no facto de não criticar uma opinião, mas sim aniquilar a legitimidade do locutor. Ao rotular alguém de “ouvintista”, nega-se a sua própria identidade surda. Ele já não tem o direito de falar *como* Surdo. A sua voz é despojada de toda a sua autoridade e “Capital Surdo”. É a sanção que transforma um membro da comunidade num “outro” absoluto, um pária.

3. O Exame: A Produção da Verdade sobre o Indivíduo

A terceira ferramenta, e talvez a mais sofisticada, é o exame. Para Foucault, o exame é uma técnica brilhante que combina a vigilância hierárquica com a sanção normalizadora. É o ritual que torna os indivíduos visíveis, comparáveis e controláveis, transformando-os em “casos”.

- **O Exame Informal e Perpétuo:** O exame mais comum é informal e constante. É o “teste de pureza” que ocorre em conversas quotidianas. Perguntas como “O que achas do novo implante coclear?”, “Viste o que Fulano disse sobre a educação bilingue?”, “Porque é que o teu filho surdo está numa escola de ouvintes?” não são meros pedidos de informação. São exames. A resposta é cuidadosamente avaliada, comparada com a doutrina ortodoxa, e usada para classificar o indivíduo na escala da pureza ideológica.
- **O Exame Formal como Barreira de Acesso:** Em contextos mais formais, o exame torna-se explícito. Antes de alguém ser aceito para um cargo de liderança numa associação, a sua história e as suas opiniões são minuciosamente investigadas. O seu “dossiê digital” é revisto. As suas afiliações são questionadas. É uma verificação de antecedentes ideológicos. O exame aqui funciona como uma barreira, garantindo que apenas os indivíduos que personificam a norma ascendam a posições de poder, perpetuando assim o ciclo.
- **O Exame como Produção de Conhecimento:** O ponto mais crucial é que o exame não apenas avalia; ele *produz* um tipo de conhecimento, uma “verdade” sobre o indivíduo. Ele documenta a pessoa como “fiável”, “aliada”, “em risco”, “problemática” ou “irrecuperável”. Esta classificação, uma vez estabelecida, é partilhada através das redes informais da comunidade e passa a definir a forma como o indivíduo é tratado. Ele torna-se o seu rótulo.

Estas três ferramentas — a vigilância que observa, a sanção que

corrige e o exame que classifica — não operam de forma independente. Elas formam um circuito de poder fechado e autorreforçado. A vigilância constante fornece os dados para os exames perpétuos. Os resultados dos exames determinam a aplicação precisa das sanções normalizadoras. E o medo das sanções e dos exames justifica e intensifica a vigilância mútua. É esta máquina disciplinar, a trabalhar silenciosa e incansavelmente nos detalhes do dia a dia, que constitui a forma mais profunda e eficaz de poder na comunidade, a força que adentra, molda e produz o pertencimento.

4. A Prisão Identitária

Chegamos ao último círculo da nossa análise. Tendo dissecado o espetáculo da punição, a codificação da doutrina e as ferramentas da disciplina quotidiana, enfrentamos agora a questão final: que tipo de mundo, que tipo de estrutura social, é que este sistema de poder cria? A resposta de Foucault, ao analisar a ascensão da disciplina no século XIX, foi a “sociedade carcerária”. Ele argumentou que a lógica da prisão — com a sua vigilância, normalização e busca pela reforma total do indivíduo — tinha escapado dos muros da penitenciária para se infiltrar em todas as instituições da sociedade.

Nesta parte final, argumentamos que a aplicação intensiva da disciplina do pertencimento corre o risco de transformar a comunidade, o espaço de refúgio e orgulho, numa “prisão identitária”. Não uma prisão de grades e betão, mas uma de muros ideológicos e rotinas performativas. No entanto, e este é o paradoxo central de Foucault, nenhuma prisão é perfeita. Nenhum sistema de poder é total. É precisamente no seu esforço para alcançar o controle absoluto que a prisão produz aquilo que pretende eliminar: o “delinquente”, o dissidente, a figura que, através da sua própria existência, encarna a resistência e a promessa de um futuro diferente.

CAPÍTULO 8

A FORTALEZA DE DENTRO: A COMUNIDADE COMO INSTITUIÇÃO TOTAL



Foucault, e o sociólogo Erving Goffman antes dele, analisaram o conceito de “instituição total” — lugares como prisões, quartéis, conventos ou hospitais psiquiátricos, que englobam a totalidade da vida dos seus internados. São mundos fechados, com as suas próprias regras e rituais, que visam sistematicamente despojar o indivíduo da sua identidade anterior para o reconstruir à imagem da instituição. A comunidade surda ortodoxa, na sua forma mais intensa, partilha características preocupantes com esta definição. Não por malícia, mas como resultado lógico da sua história de luta e da sua necessidade de autoproteção.

1. O Paradoxo da Fortaleza: Santuário e Cativeiro

A comunidade surda precisou de construir muros para sobreviver. Perante um mundo ouvinte que a patologizava, ridicularizava e tentava erradicar a sua língua, a criação de uma fortaleza ideológica foi um ato de autopreservação. Dentro destes muros, a língua de sinais podia florescer, a cultura podia ser celebrada e uma identidade positiva podia ser forjada. A fortaleza era, e continua a ser, um santuário.

O paradoxo, no entanto, é que os mesmos muros que protegem do inimigo externo podem aprisionar os seus próprios habitantes. Quando a principal ameaça deixa de ser a aniquilação e passa a ser a assimilação — um processo de transição do outro, o foco da vigilância vira-se para dentro. As muralhas deixam de ser apenas uma defesa contra o exterior e tornam-se um meio de impedir a fuga ou a contaminação a partir do interior. A preocupação com a segurança coletiva começa a sobrepor-se à liberdade individual gerando um risco de perda de seus pares.

2. As Características da Instituição Total

Podemos identificar várias características de uma instituição total na dinâmica da ortodoxia surda:

- **Barreiras à Saída e o Custo do Exílio:** Numa instituição total, a saída é controlada ou punida. Embora ninguém seja fisicamente impedido de abandonar a comunidade, o custo social e psicológico do exílio é imenso. Para um Surdo cuja vida inteira – amigos, redes de apoio, identidade, por vezes até emprego e família, está entrelaçada com a comunidade, discordar abertamente e ser ostracizado não é como mudar de opinião; é como enfrentar a aniquilação do seu universo social. Esta barreira invisível, mas poderosa, força muitos a uma conformidade silenciosa.
- **A “Mortificação do Eu” e a Reconstrução Identitária:** Goffman descreveu como as instituições totais submetem os recém-chegados a um processo de “mortificação do eu”, despojando-os dos seus papéis e identidades anteriores. Na nossa análise, a pessoa surda que entra na comunidade ortodoxa (especialmente se vier de um contexto oralizado ou se tiver implantado) passa por um processo semelhante. A sua identidade anterior é frequentemente desvalorizada como “falsa” ou “incompleta”. Ela tem de aprender a despir-se das suas velhas crenças (“ouvintistas”), a adotar o novo “uniforme” linguístico e ideológico, e a reconstruir-se de acordo com o modelo do “Bom Surdo”, como detalhado na Parte III. É um processo de renascimento que exige a morte do “eu” anterior.
- **A Austeridade da Rotina Ideológica:** A prisão de Foucault é austera não apenas na sua arquitetura, mas na sua rotina rígida e repetitiva. A “prisão identitária” impõe uma austeridade ideológica. O discurso torna-se repetitivo, confinado a um conjunto limitado de temas e argumentos aprovados (a maldade do ouvintismo, a beleza da língua de sinais, o trauma de Milão). A nuance é vista como fraqueza; a complexidade, como traição. Esta rotina de pensamento, embora reconfortante e solidificadora para o grupo, empobrece o debate intelectual e cria um ambiente sufocante para o pensamento crítico.

A fortaleza que foi construída para garantir a liberdade de ser Surdo corre assim o risco de se tornar uma prisão que dita a única forma correta de o ser. É uma instituição total benevolente, talvez, mas uma instituição total ainda assim, cujo objetivo final é a reforma completa do indivíduo para garantir a pureza do coletivo.

CAPÍTULO 9

A PRODUÇÃO DOS “DELINQUENTES”: RESISTÊNCIA E NOVAS IDENTIDADES



Aqui chegamos à mais brilhante e contraintuitiva das conclusões de Foucault. Ao analisar o sistema prisional do século XIX, ele declarou o seu aparente fracasso: as prisões não diminuía­m o crime, as taxas de reincidência eram altíssimas. Mas, argumentou Foucault, talvez o objetivo nunca tenha sido eliminar o crime, mas sim organizá-lo. A prisão “falhou” em acabar com a ilegalidade, mas foi extraordinariamente bem-sucedida em produzir e gerir uma classe específica e controlável de indivíduos: os “delinquentes”.

Esta mesma lógica aplica-se, de forma impressionante, à nossa prisão identitária. O sistema disciplinar ortodoxo falha constantemente em criar uma comunidade perfeitamente homogênea. Ele não consegue impedir que surdos procurem implantes cocleares, que valorizem a sua oralidade, que questionem os seus líderes. Mas o seu sucesso não reside nesse fracasso. O seu verdadeiro, ainda que não intencional, sucesso é o de produzir uma nova e fascinante figura social: o “**delinquente surdo**”.

1. O Sistema que Produz os Seus Próprios Inimigos

O “delinquente surdo” é o produto direto da máquina disciplinar. É o surdo com Implante Coclear que, em vez de se assimilar silenciosamente ao mundo ouvinte, teima em reivindicar o seu lugar na comunidade surda. É o surdo oralizado que, em vez de aceitar o seu estatuto de segunda classe, cria as suas próprias plataformas para discutir a sua identidade híbrida. É o pensador crítico que, expulso do debate oficial, funda os seus próprios blogues e grupos de discussão onde a ortodoxia pode ser livremente questionada.

Ao rotular estes indivíduos como “ouvintistas”, ao marginalizá-los e ao puni-los, o sistema não os aniquila. Pelo contrário, dá-lhes uma causa comum e uma identidade partilhada. Eles são forjados como

grupo precisamente pela oposição que enfrentam. O poder, ao tentar purificar o corpo social, acaba por produzir os seus próprios e mais eficazes anticorpos.

2. O Arquipélago da Resistência

Foucault falou num “arquipélago carcerário”. Aqui, os “delinquentes” criam um **“arquipélago da resistência”**. Eles não desaparecem no exílio; encontram-se uns aos outros nos mares da internet. Formam-se grupos secretos no Facebook e no Whatsaspp – utilizadores de tecnologias assistivas ou similares que se sentem Surdos, canais de YouTube que exploram a surdez de uma forma não dogmática, redes de apoio para pais de crianças surdas que procuram informação das línguas de sinais fora do funil ortodoxo

Este arquipélago funciona como uma contracultura vibrante. É aqui que novas ideias são testadas, que novas terminologias são criadas (como “identidade bimodal”), e que novas formas de ser Surdo são vividas e validadas. É um laboratório para o futuro das identidades surdas, a operar nas sombras da fortaleza principal.

3. O “Delinquente” como Agente da Evolução

Em última análise, o “delinquente” não é o distúrbio da comunidade; ele é, potencialmente, a sua ordem. A sua existência impede que a fortaleza se feche completamente sobre si mesma. Ele é a força que introduz a diversidade, a complexidade e a dúvida num sistema que anseia por certeza e uniformidade. Ao lutar pelo seu próprio direito a pertencer, ele força toda a comunidade a alargar as suas fronteiras e a questionar as suas próprias definições.

O “delinquente surdo” não é, portanto, o fracasso do sistema disciplinar. Ele é o seu produto mais dinâmico e, ironicamente, a sua esperança mais brilhante para a sobrevivência e relevância num século XXI que desafia todas as identidades fixas e binárias.

CONCLUSÃO I: PARA ALÉM DA DISCIPLINA

Chegamos ao fim do nosso percurso árduo em forma de espiral. Partimos do espetáculo brutal do suplício digital, passámos pela construção subtil de uma doutrina punitiva, dissecámos as ferramentas quotidianas da disciplina e chegámos, por fim, à imagem da prisão identitária e à produção dos seus delinquentes. A aplicação do modelo de Foucault revela uma comunidade de uma complexidade trágica e fascinante, forjada na resistência a um poder externo, apenas para recriar, no seu seio, as suas próprias e sofisticadas tecnologias de poder?

Esta análise não deve ser lida como um veredito de condenação. Seria um erro e uma injustiça ver a ortodoxia surda apenas como uma força opressora. Ela é, e continua a ser, a guardiã da memória, a espinha dorsal da resistência política e o motor que impulsionou conquistas de direitos inegáveis. O dilema central não é entre um “bem” (a diversidade) e um “mal” (a ortodoxia), mas sim um conflito fundamental entre duas necessidades vitais: a necessidade de preservação cultural e a realidade da diversidade humana.

A questão que se coloca para o futuro é: pode a comunidade surda evoluir para além de um modelo de poder baseado na disciplina? É possível conceber uma forma de pertencimento que não exija uma performance tão rígida de conformidade? Pode a fortaleza abrir os seus portões sem medo de ser invadida, transformando-se de um castelo sitiado numa metrópole cosmopolita e aberta?

Talvez a resposta esteja nos “delinquentes”. A sua luta pela inclusão não é um ataque às identidades surdas, mas um convite à sua expansão. Eles propõem que a identidade surda pode ser forte o

suficiente para conter múltiplas formas de ser, de comunicar e de viver. Propõem uma identidade que se assemelhe menos a uma fortaleza de pedra e mais a uma língua viva: com uma gramática central, mas em constante evolução, capaz de criar novas variantes, novas gírias e novas formas de expressão sem perder a sua essência.

Este livro não oferece soluções, mas espera ter fornecido um mapa. Um mapa das relações de poder que, muitas vezes, operam de forma invisível. Compreender como funciona a máquina disciplinar é o primeiro passo para a desmontar ou, pelo menos, para a reconfigurar. A luta pela alma da identidade surda no século XXI será travada neste exato terreno: na tensão entre a segurança da fortaleza e a liberdade do arquipélago. E o seu resultado definirá não apenas quem tem o direito de se chamar Surdo, mas o que essa palavra significará para as gerações vindouras.

CONCLUSÃO II: PARA ALÉM DA DISCIPLINA

Um outro fim de uma longa jornada através de um terreno complexo, por vezes doloroso, mas sempre iluminador. Usámos o pensamento de Michel Foucault não como um destino, mas como um fio de Ariadne, uma ferramenta para nos guiar através do labirinto das relações de poder que constituem a identidade surda contemporânea. O nosso percurso levou-nos do fogo crepitante do suplício digital, onde as identidades são publicamente imoladas na praça pública das redes sociais, à brandura calculada da punição, onde uma doutrina hegemónica se estabeleceu como o código penal da alma surda. A partir daí, entramos na oficina silenciosa da disciplina, observando meticulosamente como a vigilância de pares, a sanção normalizadora e o exame perpétuo trabalham em conjunto para montar, peça por peça, o sujeito ideal do “Bom Surdo”. Por fim, confrontámo-nos com o grande paradoxo da prisão identitária: a fortaleza erguida para proteger a comunidade do mundo exterior, que se arrisca a tornar-se um cativeiro para os seus próprios membros e que, no seu esforço de controle e total, acaba por produzir os seus mais férteis agentes de mudança – os “delinquentes”.

Agora, com o mapa do labirinto estendido à nossa frente, é tempo de nos afastarmos para contemplar o seu significado completo. O que nos ensina esta análise? Qual é a sua relevância, não apenas para a comunidade surda, mas para a nossa compreensão da identidade, do poder e do pertencimento no século XXI?

A Tese Revisitada: O Poder como uma Faca de Dois Gumes

A tese central desta obra é a de que as ferramentas forjadas para a libertação contêm, em si mesmas, o potencial para a opressão. Esta não é uma falha específica da comunidade surda, mas talvez a tragédia fundamental de toda a política identitária. Um grupo marginalizado, para sobreviver e lutar, precisa de construir uma identidade coletiva forte. Precisa de definir as suas fronteiras, de nomear o seu opressor, de criar uma narrativa de orgulho e resistência e de estabelecer um código de solidariedade. Estas são armas indispensáveis na luta por reconhecimento e direitos. A ortodoxia surda, com a sua rigidez e o seu fervor, não é, na sua origem, uma força malévola; é a expressão lógica e necessária de uma comunidade que lutou contra a aniquilação e que aprendeu, da forma mais dura, que a unidade é poder.

O problema, como Foucault nos ensinou, é que o poder é impessoal e insidioso. Uma vez criado um mecanismo de poder, mesmo que para os fins mais nobres, ele tende a perpetuar-se e a expandir-se. A mesma lógica que era usada para identificar e resistir ao “ouvintismo” externo pode ser, e é, facilmente reconfigurada para identificar e purgar o “ouvintismo” interno. O olhar crítico que era apontado para fora torna-se um olhar vigilante apontado para dentro.

A solidariedade exigida para a luta externa transforma-se na conformidade exigida para a pureza interna. Esta análise, portanto, não é um julgamento moral sobre os atores, mas sim a descrição de um mecanismo, de uma tecnologia de poder que, uma vez posta em movimento, opera de acordo com a sua própria lógica implacável. Compreender isto é crucial para cultivar a empatia: a “caça às bruxas” digital não é (apenas) um ato de maldade individual, mas a consequência previsível de um sistema de poder disciplinar a funcionar em alta rotação.

As Implicações: Para Além dos Muros da Comunidade Surda

Embora focada na comunidade surda, esta análise ecoa muito para além das suas fronteiras. A dinâmica aqui descrita é um

microcosmo das grandes questões que definem a nossa era digital e hiperidentitária.

Em primeiro lugar, ela serve como um conto de advertência sobre a política da identidade na era das redes sociais. Qualquer grupo, seja ele político, social ou cultural, que procure construir uma identidade coesa online, acaba por desenvolver as suas próprias versões das ferramentas disciplinares aqui descritas. O suplício digital, a sanção normalizadora através de rótulos (“fascista”, “comunista”, “terf”, “woke”), a vigilância de pares e a exigência de pureza ideológica são hoje características universais da vida em tribos digitais. A experiência surda é um caso de estudo particularmente intenso e claro de um fenômeno que afeta toda a sociedade.

Em segundo lugar, a nossa análise ilumina a tensão fundamental entre a necessidade de “espaços seguros” e o perigo da estagnação ideológica. A fortaleza surda foi, em essência, a criação de um espaço seguro. Mas, como vimos, a segurança absoluta pode levar a um ambiente de pensamento único, onde a diversidade é vista como uma ameaça à segurança. Este é o dilema de muitos movimentos sociais hoje: como criar espaços de acolhimento e proteção para os seus membros sem que esses espaços se tornem câmaras de eco que punem a dissidência e impedem o crescimento intelectual e emocional?

Horizontes Futuros: Entre a Fortaleza e o Arquipélago

Este livro não se propõe a oferecer um manifesto ou um plano de cinco pontos para o futuro. O poder é demasiado complexo e a vida comunitária demasiado orgânica para soluções simples. No entanto, a nossa análise permite-nos delinear o campo de batalha onde o futuro da identidade surda será decidido, um campo definido pela tensão entre a fortaleza e o arquipélago.

A fortaleza representa a necessidade de preservação, de memória, de unidade e de orgulho. Sem ela, a comunidade corre o risco de se dissolver no oceano da assimilação. O arquipélago, povoado pelos “delinquentes”, representa a necessidade de diversidade, de inovação, de crítica e de evolução. Sem ele, a comunidade corre o risco de se tornar um fóssil, uma relíquia cultural incapaz de se adaptar a um

mundo em mudança. O futuro não reside na vitória de um sobre o outro, mas na sua difícil e, por vezes, dolorosa negociação.

As questões que se colocam são imensas. Pode a fortaleza instalar portões e pontes levadiças em vez de apenas muralhas intransponíveis? Pode o arquipélago formar uma federação, partilhando um sentimento de identidade comum sem sacrificar a sua diversidade? É possível conceber um “Capital Surdo” que valorize a capacidade de construir pontes, a coragem da autocensura e a compaixão pela experiência diversa, tanto quanto valoriza a pureza linguística e a ortodoxia política? Poderá emergir uma nova forma de poder, baseada não na disciplina da normalização, mas no diálogo restaurador, na curiosidade e na aceitação da contradição como um sinal de vida, não de fraqueza?

Palavra Final: A Vitalidade da Contradição

Talvez a conclusão mais importante seja esta: o conflito intenso que descrevemos, com toda a sua dor e angústia, não deve ser visto como um sintoma da decadência da comunidade surda. Pelo contrário, é o sinal mais seguro da sua extraordinária vitalidade. Uma cultura que não debate ferozmente as suas fronteiras é uma cultura moribunda. Uma identidade, embora individualista, que não se questiona a si mesma já se tornou um dogma petrificado.

A tensão entre a força centrípeta da ortodoxia e a força centrífuga da “delinquência” é o motor da história. É nesta fricção que se gera o calor necessário para forjar novas ideias e novas formas de ser. O futuro da identidade surda não será encontrado na segurança final da fortaleza, nem na liberdade absoluta do arquipélago. Será encontrado na coragem de navegar as águas turbulentas entre eles. Pois a identidade, como a própria vida, não é um destino a ser defendido, mas uma viagem incessante a ser vivida. E a beleza reside não na chegada, mas na própria navegação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Algoritmo 26, 27, 33, 34
Arquitetura 26, 31, 32, 33, 34, 69

B

Banimento 26, 28, 31, 32, 34, 36, 37, 38
Bom Surdo 40, 41, 46, 48, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 69, 77

C

Competências 30, 52
Comunidade 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80
Congresso de Milão 18, 37, 57
Crianças surdas 22, 41, 73
Cultural 9, 10, 12, 13, 18, 19, 20, 22, 29, 34, 41, 46, 47, 56, 75, 79

D

Delinquente 66, 72, 73
Disciplina 9, 16, 21, 31, 33, 38, 53, 58, 62, 66, 75, 77, 80
Doutrinação 36, 37, 46

E

Educação 8, 11, 12, 22, 41, 48, 64
Ensino 8, 21, 47
Era digital 26, 27, 79
Escrita 12, 18, 22
Evolução 13, 73

H

Histórico 12, 27, 41

I

Identidade 15, 16, 19, 20, 21, 23, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 46, 51, 56, 57, 58, 59, 63, 68, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80
Implante Coclear 15, 19, 20, 23, 29, 37, 41, 46, 50, 72
Inclusão 8, 20, 23, 38, 75

L

Língua 11, 15, 20, 22, 40, 41, 50, 51, 56, 57, 59, 62, 68, 69, 76
Língua de Sinais 7, 11, 15, 19, 20, 21, 23, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 46, 59

O

Oralidade 15, 21, 22, 23, 30, 37, 46, 50, 72
Oralismo 8, 9, 10, 12, 18, 21, 22, 37, 41
Ortodoxia Cultural 23, 28, 36
Ouvintismo 18, 22, 23, 30, 41, 46, 47, 48, 57, 58, 69, 78

P

Pertencimento 16, 53, 58, 65, 66, 75, 77
Política 22, 41, 47, 56, 57
Punição 15, 16, 18, 22, 23, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 46, 48, 50, 52, 53, 66, 77
Punição pública 26, 27, 48

S

Sanção 62, 63, 64, 77, 79
Solidariedade 22, 58, 78
Suplício 16, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 40, 43, 63, 75, 77, 79
Surdo 8, 11, 15, 16, 23, 28, 29, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 69, 70, 73, 76, 77, 80

T

Teatro 36, 37, 50, 51, 52, 53
Tecnologia 19, 26, 41, 48, 78

V

Vigilância 15, 28, 32, 33, 37, 44, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 77, 79

